



Anais da Assembléia

N.º 03

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE MARÇO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1984

(Segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Dirceu Manfrinato e Ferrari Júnior.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 02/84

Curitiba, 19 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que visa regulamentar a norma contida no art. 37, inciso VIII, da Lei Complementar n.º 40, de 14 de dezembro de 1981 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público). A razão dessa regulamentação decorre do fato de, nesta data, estar encaminhando a essa Casa de Leis anteprojeto que dispõe do mesmo modo para a magistratura local, com referência ao disposto no art. 65, inciso VIII, da Lei Complementar n.º 37, de 13 de novembro de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional).

A proposição encontra-se plenamente respaldada e obedece ao disposto no art. 57, inciso XI, da Constituição Estadual, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 16, de 29 de junho de 1983.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta

consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — A gratificação adicional de que trata o art. 37, inciso VIII, da Lei Complementar Federal n.º 40, de 14 de dezembro de 1981, em relação aos membros do Ministério Público de qualquer instância, será calculada sobre o vencimento percebido mais a representação, nos percentuais de cinco, dez, quinze, vinte, vinte e cinco, trinta e trinta e cinco, respectivamente, por quinquênio de serviço, neste compreendido o tempo do exercício da advocacia, até o máximo de quinze anos, e observada a garantia constitucional da irredutibilidade.

Art. 2.º — A despesa decorrente da aplicação desta lei correrá à conta da dotação constante do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Os efeitos financeiros decorrentes desta lei são devidos a partir de 1.º de janeiro de 1984.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 03/84

Curitiba, 24 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os municípios adiante mencionados, nas datas e com os objetivos seguintes:

Município	Data	OBJETIVO
ARAPONGAS	17/12/80	XV Exposição Agrícola
ARAPONGAS	16/07/81	XVI Exposição Agrícola
RIO NEGRO	21/10/81	Prêmios de produtividade de milho e feijão.
ARAUCÁRIA	30/11/82	Recuperação das matas ciliares.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 04/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos primeiros Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1983:

Município	data da celebração
FLORAÍ	25/10/83
ITAMBÉ	25/10/83
GUARANIAÇU	18/11/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado.
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 05/84
Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 13 de outubro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de GUARANIAÇU, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 06/84
Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 13 de outubro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Floraí, Primeiro de Maio e São Carlos do Ivaí, todos objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 07/84
Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 13 de outubro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Braganey, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá desas colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 08/84
Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 15 de dezembro de 1980 e 22 de maio de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e, respectivamente, os municípios de Iracáima e Jaguariaíva, objetivando a realização de promoções que especificam, com vistas a ensejar a melhoria da produção e da produtividade pecuária do Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ FICHA
Governador do Estado
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 09/84
Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Fundação de Assistência aos Municípios - FAMEPAR e os municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustível" e "Programa de Investimentos em Transportes Urbanos".

MUNICÍPIO	Nº e DATA DO CONVÊNIO
Bom Sucesso	060/83 08/12/83
Guaraniaçu	097/83 08/12/83
Piên	172/83 30/11/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(aa) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 10/84
Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio nº 10/84, datado de 08 de novembro de 1983, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Mandirituba, objetivando

aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, na execução de obras de interesse metropolitano.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 11/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Terceiro Termo Aditivo, datado de 08 de novembro de 1983, ao Convênio nº 09/83, celebrado em 21 de março de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Mandirituba, objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras públicas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 12/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 30 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, - FAMEPAR e os municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustível" e "Programa de Investimentos em Transportes Urbanos":

MUNICÍPIO	Nº DO CONVÊNIO
Bituruna	58/83
Boa Esperança	59/83
Nova Fátima	156/83
Nova Londrina	157/83
São Carlos do Ivaí	216/83
São João do Caiuá	219/83
Uraí	246/83
Cianorte	288/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 13/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 16 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de Terra Boa, objetivando viabilizar a instalação de um Viveiro de Mudanças de Café, para fomentar a cafeicultura local.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 14/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Décimo Segundo Termo Aditivo datado de 21 de outubro de 1983 ao convênio celebrado em 02 de outubro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e da Secretaria de Estado de Planejamento e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução do programa que visa dar continuidade aos serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 15/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 14 de junho de 1983, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, com a interveniência da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER e da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-PR, objetivando disciplinar o apoio e a integração do Ministério e do Estado, para o desenvolvimento de atividades nas áreas de extensão rural e da assistência técnica, com vistas à melhoria da qualidade de vida do homem rural.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos

de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 16/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 28 de novembro de 1983, entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná, com a interveniência da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná, objetivando a execução de serviços do Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 17/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 16 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Paravanaí, objetivando regular a ampliação e prestação de serviços de segurança contra incêndios e de socorros públicos na área do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MEMSAGE

MENSAGEM Nº 18/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 30 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de Cambé, objetivando mútua cooperação com vistas a possibilitar a realização da "VIII Exposição Agrícola de Cambé".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 19/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio nº 95/SG/83, celebrado em 07 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com a interveniência da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano do Ministério do Interior, da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul e da Secretaria de Estado do Planejamento, visando a supervisão e avaliação de eficácia do projeto das cidades de pequeno porte do Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 20/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os municípios adiante mencionados, objetivando a realização de feiras, exposições e outros eventos de estímulo à agropecuária:

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Campina Grande do Sul	10/08/83
Piên	10/08/83
Santo Antonio da Platina	12/04/83
Umuarama	20/04/83
Ponta Grossa	27/09/83
Porto Amazonas	04/07/83
Matelândia	03/10/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JORÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 21/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Aditivos datados de 28 de novembro de 1983, a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de Arapongas, Ciarnote, Guaraci, Nossa Senhora das Graças, Paravanaí, Pérola, Porto Rico, Santa Cruz de Monte Castelo e Xambrê, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no

próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 22/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 28 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado do Interior, e os municípios de Andirá, Colorado, Nova Esperança, Alto Piquiri, Bela Vista do Paraíso, Cambira, Cidade Gaúcha, Florestópolis, Grandes Rios, Icaraíma, Itambé, Marialva, Mariluz, Munhoz de Mello, Primeiro de Maio, Terra Rica e Uniflor, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo

MENSAGEM Nº 23/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento com a participação da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná- FAMEPAR e os municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros do “Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustível” e “Programa de Investimentos em Transportes Urbanos”.

MUNICÍPIOS	Nº DO CONVÊNIO
Alto Piquiri	044/83
Cândido de Abreu	067/83
Guaratuba	099/83
Inácio Martins	103/83
Indianópolis	105/83
Japira	119/83
Jardim Alegre	121/83
Jussara	123/83
Kaloré	127/83
Salgado Filho	200/83
Santa Fé	206/83
Santa Inês	207/83
Santa Isabel do Ivaí	208/83
Santa Mariana	210/83
Santana do Itararé	211/83
Terra Roxa	240/83
Uniflor	245/83

Sarandi	261/83
Douradina	270/83
Ponta Grossa	274/83
Paranavaí	276/83
Cascavel	290/83
Realeza	303/83
Palmas	307/83
Jacarezinho	314/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 24/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 22 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná – FAMEPAR e os municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros do “Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustível” e “Programa de Investimentos em Transportes Urbanos”.

MUNICÍPIO	Nº DO CONVÊNIO
Araruna	052/83
Bela Vista do Paraíso	057/83
Centenário do Sul	071/83
Floresta	087/83
Icaraíma	100/83
Jataizinho	123/83
Maria Helena	137/83
Marilândia do Sul	138/83
Nova América da Colina	153/83
Nova Olímpia	158/83
Paranacity	165/83
Pérola do Oeste	171/83
Porto Amazonas	179/83
Querência do Norte	186/83
Reserva	192/83
Santa Cecília do Pavão	204/83
Santo Antonio do Sudoeste	212/83
Santo Antonio do Caiuá	213/83
Santo Inácio	215/83
São Sebastião da Amoreira	227/83
Tapejara	235/83
Tijucas do Sul	242/83
Tomazina	243/83
Braganey	254/83
Altamira do Paraná	256/83
Tupãssi	267/83
Palotina	278/83
Londrina	282/83
Apucarana	294/83
Santa Helena	300/83
Loanda	310/83

Iporã 316/83
Coronel Vivida 324/83.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 25/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 10 de agosto de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de Foz do Iguaçu, objetivando a execução de obras públicas em conformidade com o Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 26/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08 de julho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de São Jorge do Ivaí, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 27/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 09 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Planalto e Renascença, objetivando a execução de obras para a recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 28/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 25 de abril de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Arapongas, Cruzeiro do Oeste e São Jerônimo da Serra, objetivando a adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS - "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 29/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08 de julho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de Santa Helena, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 30/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação e Compromisso, nº 30/83, celebrado em 08 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de Foz do Iguaçu, objetivando a ampliação das obras do terminal rodoviário de passageiros do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado

apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 31/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 06 de maio de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de São João do Caiuá, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS – "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 32/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 09 de maio de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de Enéas Marques, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS – "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 33/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes:

<u>Municípios</u>	<u>data do Convênio</u>
Amaporã	13.10.83.
Sapopema	08.07.83.
Xambrê	08.07.83.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto

dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 34/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 13 de outubro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Cambira, Corbélia, Cruz Machado, Francisco Beltrão, Cruzeiro do Sul, Jaguariaíva, Lupionópolis, Missal, Nova Olímpia, Quatiguá, Siqueira Campos, Tapejara, Terra Roxa e Wenceslau Braz, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 35/84

Curitiba, 25 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 09 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Ampére, Arapongas, Astorga, Cambé, Califórnia, Catanduvas, Curiúva, Dois Vizinhos, Formosa do Oeste, Iguaçu, Itambé Marialva, Missal, Nova Esperança, Ourizona, Pérola do Oeste, Quedas do Iguaçu, Realeza, Rolândia, Santa Fé (2), Santa Izabel do Oeste, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí e Sertãoópolis, objetivando a execução de obras para a recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 36/84.

Curitiba, 30 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 26 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o município de Telêmaco Borba, objetivando regular a implantação dos

serviços de segurança contra incêndios e a prestação de socorros públicos na área do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetido à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 37/84

Curitiba, 30 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 05 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de Tijucas do Sul, objetivando a realização da VIII FEMUBASA - Festa Municipal da Batata Salsa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 38/84

Curitiba, 30 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 15 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o município de Guaraci, objetivando a realização da Feira de Exposições Agropecuárias.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 39/84

Curitiba, 30 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 25 de abril de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de Ibaiti, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS - "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 40/84

Curitiba, 30 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de IVATUBA, PLANALTINA DO PARANÁ, SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, SANTA MARIANA, TAPIRA e TERRA BOA, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs DTL/109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123 e 124/83, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei sob os seguintes números:

145/83: Do Sr. Deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a DOM PEDRO ANTÔNIO MARCHETTI FEDALTO, o qual convertido em Lei tomou o número 7769. — Anote-se. Arquite-se.

187/83: Do PODER EXECUTIVO, encaminhando anteprojeto de lei que altera dispositivos da Lei n.º 7545, de 10/12/81, que dispõe sobre estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 7784. — Anote-se. Arquite-se.

132/83: Do PODER EXECUTIVO, encaminhando anteprojeto de lei que dá nova redação ao Art. 259, da Lei n.º 1943, de 23/06/54 (NORMAS PARA CONCESSÃO DA MEDALHA POLÍCIA MILITAR), o qual convertido em Lei tomou o número 7776. — Anote-se. Arquite-se.

87/83: Do Sr. Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública o TEMPLO DA ALVORADA, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7780. — Anote-se. Arquite-se.

158/82: Do Sr. Deputado Federal RENATO BERNARDI, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Dr. JUSTINIANO CLÍMACO DA SILVA, Deputado Constituinte do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7783. — Anote-se. Arquite-se.

- 78/83: Do Sr. Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA E EDUCATIVA DE SANTA ANA, com sede na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 7782. — Anote-se. Arquivo-se.
- 107/83: Do Sr. Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI, com sede e foro no Município de Araruna, o qual convertido em Lei tomou o número 7781. — Anote-se. Arquivo-se.
- 154/83: Do Sr. Deputado GERNOTE GILBERTO KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a GRANDE LOJA UNIDA DO PARANÁ, entidade maçônica, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7773. — Anote-se. Arquivo-se.
- 81/83: Do Sr. Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de Utilidade Pública a CRECHE SÃO JUDAS TADEU, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7774. — Anote-se. Arquivo-se.
- 127/83: Do Sr. Deputado JORGE AMIM MAIA FILHO, que declara de Utilidade Pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE MARILÂNDIA DO SUL — S.O.S., com sede e foro em Marilândia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o número 7775. — Anote-se. Arquivo-se.
- 131/83: Do PODER EXECUTIVO, encaminhando anteprojeto de lei que concede aos Pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, gratificação especial, estabelecida ainda que nenhuma pensão pelo IPE será inferior ao Salário Mínimo Regional, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o número 7777. — Anote-se. Arquivo-se.
- 166/83: Do Sr. Deputado GERNOTE GILBERTO KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a LOJA MAÇÔNICA LUZ INVISÍVEL Nº 33, de jurisdição da Grande Loja do Paraná, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7779. — Anote-se. Arquivo-se.
- 164/83: Do Sr. Deputado GERNOTE GILBERTO KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a LOJA MAÇÔNICA SAINT GERMAIN Nº 2050, de jurisdição do Grande Oriente do Brasil, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7778. Anote-se. Arquivo-se.
- 182/83: Do Sr. Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, e outros, que dá nova redação à Lei nº 6639, de 05/12/74, e dá outras providências (FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR — FEPPA), o qual convertido em Lei tomou o número 7771. — Anote-se. Arquivo-se.
- 133/83: Do PODER EXECUTIVO, encaminhando anteprojeto promovendo permuta com o Município de Guarapuava, de imóvel com área, localização e características que especifica, destinado à construção de um Quartel para a Polícia Militar do Estado, o qual convertido em Lei tomou o número 7785. — Anote-se. Arquivo-se.
- 82/83: Do PODER EXECUTIVO, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva cancelar débitos para com a fazenda estadual, existentes até 31/12/82, decorrentes de responsabilidade funcional e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 7786. — Anote-se. Arquivo-se.
- Sob os números DTL/129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149 e 150/83, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei sob os seguintes números:
- 178/83: Do PODER EXECUTIVO, encaminhando anteprojeto que altera dispositivos da Lei nº 7051, de 04/12/78, que dispõe sobre a estrutura da Receita do Estado - CRE, e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 7787. — Anote-se. Arquivo-se.
- 170/83: Do Sr. Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOSÉ LACERDA, com sede e foro na cidade da Lapa, o qual convertido em Lei tomou o número 7788. — Anote-se. Arquivo-se.
- 122/83: Do Sr. Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ERASMO BRAGA, com sede e foro na cidade de Reserva, o qual convertido em Lei tomou o número 7789. — Anote-se. Arquivo-se.
- 155/83: Da Sra. Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública o INSTITUTO APÓSTOLO SÃO PAULO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL — ASPAS, com sede e foro no Município de Arapongas, o qual convertido em Lei tomou o número 7790. — Anote-se. Arquivo-se.
- 168/83: Do Sr. Deputado FIORI LUIZ, que declara de Utilidade Pública o LIONS CLUBE DE LONDRINA — IGAPÓ, com sede e foro na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 7791. — Anote-se. Arquivo-se.
- 136/83: Do Sr. Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de Utilidade Pública a CLÍNICA BENEFICENTE “HIRU VIEIRA” de Mandaguaçu, com sede e foro no Município de Mandaguaçu, o qual convertido em Lei tomou o número 7793. — Anote-se. Arquivo-se.
- 151/83: Do Sr. Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IVAIPORÃ — APAE, com sede e foro no Município de Ivaiporã, o qual convertido em Lei tomou o número 7794. — Anote-se. Arquivo-se.
- 186/83: Do Sr. Deputado ODENI MONGRUEL, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. TORAO TOMITA, o qual convertido em Lei tomou o número 7795. — Anote-se. Arquivo-se.
- 137/83: Do Sr. Deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ, com sede e foro na cidade de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o número 7796. — Anote-se. Arquivo-se.
- 162/83: Do Sr. Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE APOIO PROMOCIONAL AO NÚCLEO SOCIAL DE PONTA GROSSA, o qual convertido em Lei tomou o número 7797. — Anote-se. Arquivo-se.
- 163/83: do Sr. Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade pública a ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL ESPÍRITA MESSE DE AMOR, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 7792. — Anote-se. Arquivo-se.

153/83: Do Sr. Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO TRABALHADOR RURAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ, com sede e foro no Município de São Jorge do Ivaí, o qual convertido em Lei tomou o número 7798. — **Anote-se. Arquivo-se.**

160/83: Do Sr. Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de Utilidade Pública o BANCO DE OLHOS DE CASCAVEL – BOC, com sede e foro no Município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o número 7799. — **Anote-se. Arquivo-se.**

148/83: Do Sr. ex-Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de Utilidade Pública a ECAP – ENSINO CULTURAL E ASSISTÊNCIA DO PARANÁ, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 7800. — **Anote-se. Arquivo-se.**

146/83: Do Sr. Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a UNIÃO ASSISTENCIAL DE CRISTO JESUS INDEPENDENTE, com sede e foro na cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o número 7801. — **Anote-se. Arquivo-se.**

120/83: Do Sr. Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE IBAITI – APMI, com sede e foro na cidade de Ibaíti, o qual convertido em Lei tomou o número 7802. — **Anote-se. Arquivo-se.**

129/83: Do Sr. Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE DOS SERVS DA EUCARISTIA – SSE, com sede na cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o número 7803. — **Anote-se. Arquivo-se.**

111/83: Do Sr. Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARBOSA FERRAZ, com sede e foro na cidade de Barbosa Ferraz, o qual convertido em Lei tomou o número 7804. — **Anote-se. Arquivo-se.**

161/83: Do Sr. Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a AÇÃO DO ROSÁRIO, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o número 7805. — **Anote-se. Arquivo-se.**

165/83: Do Sr. Deputado GERNOTE GILBERTO KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a LOJA MAÇÔNICA DARIO VELOZO Nº 6, com jurisdição da Grande Loja Unida do Paraná, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7806. — **Anote-se. Arquivo-se.**

201/83: Da COMISSÃO EXECUTIVA, que reestrutura os serviços administrativos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 7807. — **Anote-se. Arquivo-se.**

114/83: Do Sr. Deputado NESTOR BAPTISTA, que dispõe sobre obrigatoriedade, a partir da vigência desta lei, da execução cantada dos Hinos Nacional, à Bandeira e do Estado, nos estabelecimentos de ensino de 1.º e 2.º Graus do Estado, o qual convertido em Lei tomou o número 7808. —

Anote-se. Arquivo-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de pesar pelo passamento do Sr. ADEMIR ZÍLIO, Vice-Prefeito de Vitorino.

Requer ainda, que a família enlutada seja cientificada da decisão da Casa.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Ademir Zílio era vice-Prefeito de Vitorino, município onde nasceu, em 15 de fevereiro de 1957. Acabara de completar 27 anos, estando, portanto, no auge de sua juventude.

Sua perda é lamentada por todos nós, mais ainda por seus pais, Reinaldo e Alda Zílio, sua esposa Terezinha Salvvio. É impreenchível a lacuna que deixa na vida de suas filhas, Vanessa e Raquel.

É de destacar-se que a senhora Irene Tramontini Leonardi, avó de Ademir Zílio, traumatizada pelo infausto acontecimento, veio também ela, a falecer no dia seguinte.

Ademir Zílio era um grande defensor das aspirações democráticas do nosso povo; seu espírito de liderança e inovação levou-o ao desempenho de relevante papel na vida comunitária. Seu precoce desaparecimento deixa um grande vazio na ala jovem do PMDB, que tinha nele um membro de grande representatividade.

Seu dinamismo ia mais além. À parte sua atividade política, era Administrador de Empresas, formado pela Universidade de Ponta Grossa, e ocupava o cargo de Gerente da Empresa “Reinaldo Zílio e Filhos Ltda”.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, após ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. TENÓRIO BALHANA, ocorrido no dia 01/03/84.

Requeiro outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. JAYME GUSMANN, ocorrido no dia 03 do mês em curso, na cidade de Ponta Grossa.

Membro de tradicional família pontagrossense, o Sr. Jayme Gusmann foi Diretor da extinta Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa, em cuja gestão, a par de uma intensa atividade profissional, representou o exemplo de homem digno e respeitado junto àquela comunidade.

À família enlutada, requer que desta decisão sejam manifestadas nossas condolências, através o endereço: Rua Dr. Colares, 184 – Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. JOSÉ SAMUEL CÚRI FILHO, ocorrido no dia 06 do mês em curso na cidade de Curitiba - Pr.

O extinto era filho do Sr. José Samuel Curi e da Sra. Silvanir Gravina Missino, e atualmente cursava Administração de Empresas, nesta Capital.

À família enlutada, as nossas condolências, pelo prematuro passamento do Sr. José Samuel Curi Filho.

Requer que desta decisão seja dada ciência aos seus familiares, à Rua Augusto Ribas, 430, Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no dia 02 de março do corrente, do Sr. FLORIANO STOINSKI.

O extinto era natural de Blumenau-SC, filho de Francisco Stoinski e Wanda Stoinski. O mesmo residia há muitos anos na cidade de Nova Aurora, onde exerceu diversos cargos na vida pública. Foi Vereador na gestão 1976/1982, sendo o candidato mais votado. Sempre com relevantes atuações na área de Assistência Social, destacou-se em sua cidade pelos serviços prestados. Foi candidato a vice-Prefeito nas eleições de 1982.

Floriano Stoinski deixa viúva a Sra. Silvette Stoinski e os filhos, Lauro Luiz, Júnior e Floriano.

Requer ainda que do presente seja dado conhecimento à digna família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER um voto de pesar pelo falecimento do Sr. IVO MARIA NEVES, ocorrido em 09.03.84.

Uma vez aprovado o presente, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Dr. EDGARD CHALBAUD SAMPAIO, ocorrido ocorrido ontem, em Curitiba.

A lamentada morte do ilustre jurista, educador compositor e idealista, aos 77 anos de idade, abriu irreparável lacuna. Deixou marcada a sua brilhante obra, notadamente como Diretor da Faculdade de Direito de Curitiba, da qual foi um dos fundadores e erudito mestre.

Requer ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, e à Faculdade de Direito de Curitiba.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Pastor JAYR DITTRICH, ocorrido no último dia 27, nesta Capital.

O estimado, dinâmico e consagrado líder que deixou nosso convívio, foi Presidente da Convenção Estadual da Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil Para Cristo", e pastor titular do principal santuário em Curitiba. Incontável número de pessoas foram atendidas por ele, em assuntos de ordem espiritual ou material, no cumprimento da sua vocacionada missão.

Requer ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Missionário Manoel de Mello, fundador e líder espiritual da Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil para Cristo", aos pastores Lauro Dittrich e Jorge Jayr Dittrich, sucessores na direção da obra que ultimamente desenvolvia e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. ABRAÃO FEDERMANN, ocorrido em data de 28.02.84.

O extinto era irmão do ex-Deputado David Federmann, de saudosa memória, membro de tradicional família pontagrossense, e ilustre personalidade da sociedade paulistana, onde atualmente residia.

Desta decisão, requer ainda, seja dado ciência aos seus parentes e familiares, através do endereço: Rua Marechal Hermes, 1335, Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, um voto de congratulações para com o Delegado ROBERTO FEIJÓ BASTOS, o qual será agraciado com o diploma de "Honra ao Mérito", como uma das maiores personalidades do ano, pela Sociedade Nacional de Pesquisas de Opinião Pública, como reconhecimento reconhecimento por seu grande trabalho em prol de nossa comunidade.

Requeiro outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, a Diretoria da Polícia Civil e ao homenageado.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário para aprovar um voto de regozijo pela inauguração das novas instalações do Colégio Marista Santa Maria, de Curitiba.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Irmão Cláudio Girardi, Presidente da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, e ao Irmão Celedônio Cruz, Diretor do Colégio.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Santa Maria é sobejamente conhecido em nossa comunidade, como um reduto de formação da nossa juventude, em seu mais amplo espectro.

A inauguração de suas novas instalações significa, para todos nós, um aval incontestado do empenho de seus dirigentes em garantir, cada vez mais, uma certeza de preparação de nossos filhos para a vida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja marcada a sessão solene de entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo Sr. TORAO TOMITA, para o dia 21/03/84, às 15:30 horas.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja realizada por esta Assembléia uma sessão solene, no dia 22 de agosto vindouro, às 15:00 horas, alusiva à Semana Nacional da Criança Excepcional

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, formular apelo veemente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Dr. JOSÉ RICHIA, no sentido de que a Mensagem Governamental n.º 28/83, encaminhada pelo ex-Governador José Hosken de Novaes, reajustando os proventos dos funcionários inativos, retorne com urgência a este Poder, com as correções atualizadas.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

Feita em plenário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Diretor Superintendente da COPEL, no sentido de que Sua Excelência determine a extensão da rede de iluminação pública na estrada da Ribeira até a divisa dos Municípios de Curitiba e Colombo, onde se localiza o final do ônibus "PENHA".

Esta medida virá beneficiar aproximadamente 8.000 pessoas que por ali transitam diariamente.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Srs. Ministros de Estado, da Previdência Social, da Saúde e do Trabalho, ao Presidente do INPS, a Sociedades Médicas e a outros ligados ao setor,

no sentido de que seja estudada uma fórmula para solucionar o grave problema do médico recém-formado, que nos dias atuais, no Brasil, passa por verdadeiros pesadelos para encontrar mercado de trabalho após sua formatura. Sugere seja formado um grupo de trabalho, visando estudos para encaminhar efetivamente o médico a seu local de trabalho, imediatamente após sua formatura.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) Ferrari Júnior.

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário dizer ser o médico um profissional que, embora altamente especializado, é um dos que mais problemas encontra para cumprir sua missão profissional, após sua formatura.

O médico passa praticamente sua juventude debruçado sobre livros, ou envolvido em experiências científicas, ao longo dos anos da duração do seu curso, desde o primeiro ano escolar até sua formatura.

Quando o médico consegue seu diploma, aí praticamente começa o pesadelo desse profissional, que, pelo menos, mereceria um mínimo de respeito dos que conduzem os destinos do País.

Após a diplomação, o médico necessita fazer dois anos de "residência" em um hospital, e a conquista da citada residência é por demais difícil. Depois de vencida essa etapa, o "pesadelo" desse profissional continua, ou quem sabe se acentua.

Como conseguir uma colocação num hospital? Como montar um consultório? E a clientela como virá, se ele não consegue atender via INAMPS? Pois, a cada dia que passa o INAMPS menos credencia, alegando dificuldades financeiras.

A solução seria conseguir um emprego em um posto de saúde do Estado ou de algum município. Mas, do que isto resolveria, se o que os referidos postos pagam são verdadeiras "propinas", e não ordenados dignos?

E o que fazer então com essa laboriosa classe médica recém-formada?

Aqui apresento minha propositura. Proponho a criação de um Grupo de Trabalho, dirigido por um órgão do Governo Federal, visando o encaminhamento digno do profissional, desde sua formatura, com estágios, até o credenciamento junto ao INAMPS.

Em isto acontecendo, não só a laboriosa classe será beneficiada, mas especialmente o povo brasileiro, que poderá contar com o atendimento de profissionais especializados, os quais não mais necessitarão perambular pedindo para que seus serviços possam ser colocados em prática,

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer a V. Excelência, após ouvir o Plenário que se envie expediente ao Exmo. Sr. Luiz Cordoní Júnior, DD. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a contratação de dentistas para o Município de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) Amélia Hruschka.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Quinta do Sol é essencialmente agrícola, sendo assim conta com a maior parte de sua população de trabalhadores na agricultura ou "bóias-frias" os quais não têm condições mínimas econômicas de poderem tratar de sua saúde, cabendo ao Estado então provisionar tais atendimentos. Daí a justeza da solicitação daquela comunidade para que o Estado coloque à disposição

daquela população carente, um dentista para solver seus problemas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e após ouvido o Plenário, requer o encaminhamento de moção pela aprovação da emenda Constitucional Dante de Oliveira (PMDB-MT) que prevê a próxima sucessão presidencial através de eleições diretas, aos Senhores Deputados Federais e Senadores da República, nos termos que apresenta.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) SABINO CAMPOS.

O PARANÁ QUER DIRETAS, JÁ

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em nome do povo paranaense, vem através da presente exigir do nobre Parlamentar voto favorável à Emenda Dante de Oliveira (PMDB - MT).

Exigimos porque este é o anseio inquestionável de nosso povo, constatado nas pesquisas de opinião e nas grandes manifestações cívicas ocorridas em todo o País.

Exigimos porque eleger diretamente o Presidente é um princípio histórico e legítimo da República Brasileira, e fundamenral para a constituição de nossa democracia.

Exigimos porque o atual Colégio Eleitoral não representa sequer uma eleição indireta, mas sim uma completa farsa eleitoral, tantos são os casuísmos que carrega na sua composição e funcionamento.

Exigimos porque a Nação está cansada de Presidentes impostos, sem representatividade nem legitimidade, o que só agrava os terríveis problemas econômicos e sociais que enfrentamos.

Nobres colegas, Deputados e Senadores, no próximo dia 25 de abril os brasileiros estarão atentos à votação em Brasília. E caso a Emenda Dante de Oliveira não seja aprovada, resultando na imposição de um novo Presidente por este Colégio Eleitoral espúrio, o Brasil estará mergulhado numa violenta e imprevisível instabilidade política. A responsabilidade por esta situação será principalmente daqueles Parlamentares que se omitirem ou votarem contra a vigorosa reivindicação de nosso povo: diretas, já.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência após ouvir o Plenário que se envie expediente aos Srs. Superintendentes do INPS e do INAMPS, solicitando a instalação de representação e posto médico, no Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Fênix conta atualmente com assistência médica somente por parte do FUNRURAL, sendo urgente que ali se instale um posto médico de atendimento também aos trabalhadores urbanos haja vista que o número de segurados ali é grande e que os mesmos têm que se deslocar mais de 70 Km para receberem atendimento médico o que causa sérios problemas não só de ordem econômica ao município, mas principalmente de ordem social aos segurados da Previdência.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de expediente à FUNDEPAR solicitando a doação de um micro-ônibus, ao Distrito de Bela Vista, Município de Fênix, para transporte de escolares e

professores, através da Secretaria da Educação.

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário que se envie expediente à FUNDEPAR, solicitando o envio de um micro-ônibus, ao Município de Fênix, para atender o transporte de alunos e professores para o Distrito de Bela Vista.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Bela Vista no Município de Fênix é um dos mais desenvolvidos de todo o Estado do Paraná, contando atualmente com cursos de quinta a oitava séries. No entanto os professores que ali lecionam têm que se deslocar da sede do município em veículos alugados, bem como uma grande parte dos alunos que freqüentam aquela escola. Daí, a urgência do pedido que a FUNDEPAR coloque à disposição dos mesmos um micro-ônibus o que colaboraria decisivamente para a regularidade do ensino naquele distrito populoso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Exª após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Ex^{mo} Sr. Luiz Felipe H. Mussi, DD. Secretário da Segurança, solicitando que o mesmo envie esforços no sentido de ser reformada a estruturada a Delegacia de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Delegacia do Município de Quinta do Sol, necessita urgentemente de reforma e aparelhamento, pois a mesma não conta com armas, com telefone, com gasolina, nem mesmo com veículo que possa garantir a tranquilidade daquela comunidade. Urge que o Poder Público através da Secretaria de Segurança Pública dê as condições mínimas àquela Delegacia para que o povo de Quinta do Sol se sinta com segurança e possa continuar gerando o progresso que tem muito contribuído com o nosso Estado e País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Exª após ouvir o Plenário que se envie expediente ao Ex^{mo} Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a implantação de um Posto de Saúde, e Bem-Estar Social, no Distrito de Irapuã, Município de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A saúde do povo é a Suprema Lei. Sendo assim, todos os municípios, todos os distritos ou melhor ainda, todas as comunidades do nosso Estado devem estar servidas de condições mínimas para atender tão importante setor da vida humana e assim, nada mais justo que se atender à pretensão do distrito em tela, o qual tem colaborado imensamente para a grandeza deste Estado, pois, a sua população trabalha na agricultura e faz dela o progresso de importante microrregião de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, REQUER a V. Ex^a após ouvir o Plenário que se envie expediente à Ex^{ma} Sr^a Gilda Poli, DD. Secretária da Educação solicitando seus bons ofícios no sentido de providenciar a reforma da Escola de Fênix, “Vila Rica do Espírito Santo” - ensino de 1^a a 8^a série

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A escola em tela com mais de 600 alunos está completamente danificada, sendo urgente a necessidade de sua reforma, não só para a melhoria das condições de ensino, como também da segurança pessoal das crianças e professores que ali permanecem durante grande parte do dia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Ex^{mo} Sr. Dr. LUÍZ CORDONI JÚNIOR, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando providências urgentes para a construção de um prédio para abrigar a Unidade Sanitária de Planalto, dando-se ciência deste requerimento ao Ex^{mo} Sr. Prefeito Municipal e ao Ex^{mo} Sr. Presidente da Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O atendimento ao pedido acima faz-se necessário pelo fato de que a Unidade Sanitária de Planalto funciona atualmente em prédio cedido pela prefeitura municipal e tais instalações deverão ser brevemente utilizadas pela municipalidade para fins próprios.

Por outro lado, a Secretaria de Saúde já possui terreno escriturado no referido município, sendo necessária tão somente a edificação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Ex^{mo} Sr. Dr. DENY LINEU SCHWARTZ, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando seja transferida para o D.E.R. a responsabilidade pela conservação do trecho da estrada que liga os municípios de Pranchita e Pérola do Oeste, em extensão de aproximadamente 25 km, passando pelas localidades de Vista Gaúcha, Linha Belo Horizonte, Linha Bom Sucesso, Distrito de Bela Vista, até a localidade de Esquina Gaúcha, dando-se ciência deste requerimento ao Il^{mo} Sr. Dr. OLIVO ZANELLA, DD. Diretor do D.E.R., bem como às Câmaras Municipais de Pranchita e Pérola D'Oeste, respectivamente.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O trecho da estrada acima mencionada encontra-se em péssimas condições, dificultando o tráfego entre os municípios referidos e até mesmo o escoamento da grande produção agrícola, mormente nas épocas de chuvas.

Considerando que os municípios em questão não dispõem de verbas para tomar a si o encargo da conservação dessa estrada, necessário se torna passá-la à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para as providências cabíveis ou, na impossibilidade, ao menos firmar convênio entre esse órgão e as prefeituras respectivas, para o cascalhamento, dando assim condições mínimas de tráfego.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de expediente ao Ex^{mo} Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando informações sobre a “Estrada do Colono” — Trecho que liga Medianeira a Capanema, integrando o projeto da Transbrasiliana, destinado a ligar Porto Alegre a Brasília, pela fronteira — que foi prometido em campanha eleitoral por todos os integrantes do atual Governo Estadual, que se constituiria preocupação prioritária de Governo; solicitando ainda, no caso de litispendência com a esfera federal, de quem é a competência reivindicatória e a quem cabe o projeto e execução da mesma.

Senhor Presidente.

O Deputado José Antônio Fonseca, infra-assinado, no desempenho de suas atribuições de mandatário popular, usando das prerrogativas regimentais, REQUER de V. Ex^a, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ex^{mo} Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhe informações sobre o andamento do projeto de abertura e asfaltamento da chamada “ESTRADA DO COLONO” que liga a cidade de Medianeira à cidade de Capanema, completando a malha rodoviária principal das extremidades de fronteiras do Estado do Paraná, já realizada pelo Governo Jayme Canet, até Capenema, a qual passa, num trecho de 18 km, pelo Parque Nacional do Iguaçu, e cujo percurso total é de aproximadamente 60 km; ou, na hipótese de colisão de interesses com a União, seja informado também, qual é o tipo de interesse, de quem é a competência reivindicatória e a quem estaria afeta a responsabilidade de realização dessa obra.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

JUSTIFICATIVA:

1 — A ESTRADA DO COLONO é reivindicação das populações de fronteiras do Brasil com Argentina, Paraguai e Bolívia, dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, desde os primórdios dos desbravamentos agrícolas das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, como se pode constatar pela imprensa da época da colonização de Medianeira feita pelo pioneiro PEDRO SOCCOL, através da sua empresa Colonizadora Bento Gonçalves Ltda., que fundou a cidade de Medianeira e o seu parque industrial liderado pelo antigo Frigorífico Medianeira S.A., hoje SUDCOOP, quando ocorriam concentrações de prefeitos dos municípios de fronteiras desses Estados, buscando fórmulas e processos de realização dessa obra; porquanto, ela se constitui em necessidade incontornável para a malha rodoviária de fronteira que liga entre si e aos respectivos escoadouros de produções, as principais regiões agrícolas do Brasil, aí concentradas, devido a excelente qualidade das respectivas terras para a agricultura e produções de alimentos, e também, para a própria segurança do País, porque nada marca melhor a nossa soberania de fronteiras, do que a ocupação de trânsito terrestre do nosso território, porque ele facilita a constituição da muralha humana de efetiva posse produtiva das terras, da qual floresce a civilização com as nossas características e estilo de povo livre, em especial, a mostra às nações vizinhas, da nossa pujança e da nossa grandeza.

2 — Na campanha eleitoral de 1982, as promessas do atual Governo Estadual, atenderam essa reivindicação prometendo fazer dela, uma das obras que identificariam na história do Paraná, a sua administração governamental.

3 — No entretanto, passado já um ano de governo,

este Deputado que representa neste Poder, o Município de Medianeira, não dispõe ainda, nem do projeto da rodovia e nem de quaisquer esclarecimentos com respeito ao compromisso mandatário do Governo para com aquele município e demais beneficiários dessa obra. E, como tem de prestar contas àquelas populações, precisa ter conhecimento amplo do assunto, objeto do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, objetivando a liberação de recursos financeiros para a construção de uma residência para o Agente de Rendas de Mamborê.

A referida Agência de Rendas é considerada, em face de seu volume de arrecadação, agência de médio a grande porte, fazendo com que haja a necessidade de se ter uma residência para o agente, o que possibilitaria um melhor atendimento aos interesses do órgão, bem como aos contribuintes fazendários.

Atualmente, o agente de rendas tem seu trabalho dificultado, pois o mesmo reside no município de Goio-Erê por causa de não existir em Mamborê casas disponíveis para serem alugadas.

Neste sentido, pelo que ora é apresentado espera-se uma avaliação imediata que permita a solução de tal problema, atendendo iniciativa do Excelentíssimo Senhor Ivo Brunetta, Prefeito Municipal de Mamborê.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Ex^a após ouvir o Plenário que se envie expediente a Ex^{ma} Sr^a Gilda Poli, DD. Secretária da Educação, solicitando que o Município de Fênix, pertença ao Núcleo de Campo Mourão e não ao de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A dificuldade de locomoção e a distância que separa o Município de Fênix do de Ivaiporã são os principais motivos da presente solicitação para que o núcleo deste município seja o de Campo Mourão, pois, como todos sabem Campo Mourão é pólo de microrregião e para lá é que se congregam todos os interesses dos municípios de menor porte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte encarecendo a liberação de recursos de ordem financeira para a construção, bem como equipamento da Casa da Cultura, para o Município de Iretama.

Trata-se de uma antiga reivindicação da comunidade iretamense e que por certo, permitirá a realização de inúmeras encontros culturais e o desenvolvimento de pesquisas escolares, especialmente pela juventude.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Umberto Gomes Martins, Chefe do Executivo Municipal,

afirma, conforme correspondência enviada, que a criação de tal obra trará grandiosos benefícios, não apenas para aquela localidade, mas para toda aquela rica região.

Pelas razões ora discorridas, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, uma avaliação que possibilite concretizar tão importante obra.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da SANEPAR - Saneamento do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, encarecendo a realização de estudos objetivando a ligação de água para o Distrito de Bandeirantes do Oeste pertencente à municipalidade de Goio-Erê.

A comunidade daquele distrito vê-se obrigada por muitas vezes a obter água com dificuldades e de qualidade duvidosa, em face da precariedade das condições existentes.

Neste sentido, espera-se uma pronta avaliação capaz de permitir a ligação o mais breve possível, sendo que já existe um poço artesiano para esta finalidade.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a destinação de recursos financeiros para o Parque de Máquinas, da Prefeitura Municipal de Iretama.

A Administração Municipal de Iretama já empregou cerca de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), na reforma e recuperação total de equipamentos rodoviários, tendo em vista que tais máquinas são imprescindíveis para a recuperação e conservação de estradas daquela região, que por muitas vezes fica comprometida em face do ainda precário estado das máquinas.

Ante a tais motivos, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado dos Transportes, um posicionamento que permita contribuir para a eliminação do problema, atendendo solicitação do Excelentíssimo senhor Humberto Gomes Martins, Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Ex^a após ouvir o Plenário que se envie expediente à Ex^{ma} Sr^a Secretária de Educação solicitando que a mesma envie esforços no sentido de ser ampliado o Colégio Vicente Leporace, na sede do Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Vicente Leporace na sede do Município de Boa Esperança atende atualmente uma clientela de mais de mil alunos, havendo necessidade urgente de o mesmo ser ampliado para cumprir melhor as suas finalidades.

Necessita ainda, a referida escola, de um fogão industrial

para atender a merenda escolar, bem como de dois bebedouros pois, não conta atualmente com esses benefícios o que vem causando sérios problemas aos professores e alunos de tão importante estabelecimento da rede estadual de ensino.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Presidente do Serviço Nacional do Comércio— SENAC, em nosso Estado, solicitando a instalação em Quinta do Sol, da “ Escola para o Trabalho”.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Quinta do Sol é um município de pequeno porte de nosso Estado, mas que muito contribui para o desenvolvimento do mesmo, dado sua fertilidade de solo e sua grande produção de grãos, mas infelizmente sua população jovem não vê outra alternativa para melhorar a sua mão-de-obra, a não ser a prática agrícola desde muito pequenos. Querem, portanto, a diversificação e procuram os meios necessários. Sendo assim, nada mais justo que ali se instale a “Escola para o Trabalho”, a qual daria outras opções de vida a todos daquela comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Telepar, solicitando que o mesmo envie esforços no sentido de instalar uma central telefônica com um mínimo de 50 terminais, para atender a comunidade do Distrito de Rancho Alegre, no Município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Rancho Alegre no município de Goioerê, é um dos mais desenvolvidos de todo o Estado do Paraná, contando atualmente com um mono canal telefônico, mas sua população progressista e trabalhadora há muito reivindica a instalação de pelo menos 50 terminais para dar condições ao seu pleno desenvolvimento, podendo assim melhor contribuir para o engrandecimento de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor José Richa DD. Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Luiz Felipe Haj Mussi, DD. Secretário de Segurança, solicitando estudos no sentido de remunerar as pessoas que ocupam cargo de Delegado de Polícia onde os mesmos não são ocupados por Delegados de Carreira.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A maior parte de nossas Delegacias de Polícia nos municípios de pequeno porte são ocupadas por pessoas sem o título de Bacharel ou que tenham prestado concurso público, muito embora, desempenhem suas funções a contento das comunidades a que servem, garantindo nas mesmas a paz e a tranquilidade, entretanto, não recebendo remuneração alguma pela função que vêm exercendo. Nada mais justo que pelas horas dispendidas para garantir

a segurança de muitas comunidades do Paraná, sejam estas pessoas remuneradas, como pagamento de sua operosidade e vontade de servir o seu semelhante e seu Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, o envio de requerimento à Excelentíssima Senhora Esther de Figueiredo Ferraz, Mui Digna Ministra de Estado da Educação, em que solicitam decisão favorável ao deliberado pelo Conselho Setorial da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, que se deu em conformidade ao obtido em pleito direto realizado nesta instituição e do qual participaram estudantes, funcionários e professores, para efeito da eleição do novo Diretor, com a nomeação dos ilustres professores Sansão José Loureiro e Luiz Chemin Guimarães, respectivamente, Diretor e Vice-Diretor.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

DJALMA DE ALMEIDA CESAR

NELSON VASCONCELLOS

TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A democratização da Universidade brasileira cristaliza-se, hoje, pela participação efetiva da comunidade envolvida no processo educacional, em grande esforço harmônico das autoridades educacionais e dos professores, estudantes e funcionários.

A propósito dos passos democratizantes que a Universidade passa a assumir, a comunidade integrante da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná desenvolveu amplo trabalho para a definição dos rumos da instituição da qual participam, concretizado pela escolha dos novos dirigentes da Faculdade.

Neste sentido, em pleito altamente representativo e consciente, a comunidade universitária sufragou os professores Sansão Loureiro e Luiz Chemin Guimarães, respectivamente, para Diretor e Vice-Diretor.

De sua parte, o Conselho Setorial da Instituição referendou a escolha antes processada, cabendo, agora, a Senhora Ministra a decisão definitiva sobre os novos dirigentes universitários de tão importante e tradicional Escola Superior de Direito, já inscrita na História do Paraná, pelas contribuições de alta relevância pública que prestou e continua prestando.

Assim, não poderia ser outra a posição dos membros desta Casa senão a de solidarizar-se com a comunidade universitária e com os conselheiros da Faculdade de Direito em favor de dirigentes legítimos e representativos, no compromisso com a Universidade democrática, nacional e voltada para os interesses de sua maioria.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Previdência da Companhia de Telecomunicações do Paraná Telepar, solicitando os estudos para instalação de Posto de Serviços Telefônicos na localidade de Gurucáia, município de São Jorge do Patrocínio bem como o apressamento da implantação de Posto em Vila Oriental.

As medidas reivindicadas se fazem necessárias para que haja condições de normal desenvolvimento de atividades econômicas e sociais da região.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Ministro do Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Presidente do Conselho Monetário Nacional, Governadores e Presidentes das Federações de Agricultura dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás, Presidente da FECOTRIGO, em Porto Alegre; Líderes de Bancadas do PDS e PMDB, nas Assembléias Legislativas dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso do Sul; Deputados Federais e Senador pelo Paraná; Prefeitos e Presidentes de Câmaras de Vereadores de Céu Azul, Guarapuava, Campo Mourão, Estado do Paraná, Joaçaba, Videira, Tangará- SC; Gramado, Caxias do Sul e Passo Fundo- RS; e Deputado Federal Odilon Salmória, dando total apoio, desta Casa, ao Projeto de Lei do referido Deputado que altera a política do trigo etc.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa, da reportagem publicada na Gazeta do Povo, do dia 08 de janeiro de 1984, de autoria da Professora J. PETRELLI GASTALDI, sob o título "REGIME DE EMAGRECIMENTO", que se encontra em anexo ao presente requerimento.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 01/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — As dotações da Assembléia Legislativa do Estado, atendendo às disposições do Art. 9.º, da Lei n.º 7.772, de 13 de dezembro de 1983, serão aplicadas conforme a discriminação dos Anexos I, II e III, que integram esta Resolução.

Art. 2.º — A Comissão Executiva fica autorizada:

I- Abrir crédito suplementar até o limite de 15% (quinze por cento) do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado, servindo como recursos, anulações de dotações e;

II - Regulamentar as atividades administrativas para implementar as disposições desta resolução.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(aa) TRAJANO BASTOS

GERNOTE KIRINUS

FRANCISCO ESCORSIN

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 03/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O inciso II e o parágrafo segundo do art. 140, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, passam a ter a

seguinte redação:

II — Com provento correspondente ao vencimento ou remuneração integral do cargo efetivo, acrescido das vantagens previstas no artigo 159.

§ 2.º - No caso do funcionário que, para o exercício de cargo em comissão, tiver optado pelo vencimento do cargo efetivo acrescido da gratificação prevista no § 4.º do artigo 159, entende-se por vantagem do cargo em comissão, para os efeitos deste artigo, a percepção dessa gratificação.

Art. 2.º — O "caput" e parágrafos do art. 159, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, [passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 159 — Ao funcionário efetivo que exercer cargo em comissão ou função gratificada, fica assegurada a incorporação ao vencimento do cargo efetivo, da importância correspondente a:

I- um quinto (1/5) da diferença entre os valores do vencimento do cargo efetivo e os da comissão ou gratificação, por ano completo de exercício nesses cargos e a partir do sexto (6.º) ano, se contar seis (6) anos completos, consecutivos ou não, de exercício nesses cargos ou funções, até o limite de cinco (5) frações de um quinto; ou

II— cem por cento (100 %) do valor da função gratificada ou setenta por cento (70%) do valor do cargo em comissão de símbolo mais elevado, dentre os cargos e funções ocupados por prazo superior a um (1) ano, se contar dez (10) anos consecutivos ou quinze (15) anos alternados de exercício em cargo comissionado ou em função gratificada.

§ 1.º — Enquanto exercer o cargo em comissão ou função de confiança o funcionário não perceberá a vantagem de que trata este artigo, salvo se optar pelo vencimento do cargo efetivo.

§ 2.º — O funcionário que vier a exercer cargo em comissão ou função de confiança de valor superior aos já exercidos poderá optar pela atualização dos valores a que se fez jus, mediante novos cálculos com base no vencimento ou gratificação desses cargos ou funções de maior valor.

§ 3.º — A contagem do período de exercício a que se refere este artigo terá início a partir do primeiro provimento em cargo em comissão ou função de confiança.

§ 4.º — Não satisfeitos as condições temporais deste artigo, ao funcionário nomeado para o exercício de cargo em comissão é facultado optar pelo vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido de gratificação fixa, correspondente a vinte por cento (20%) do valor do símbolo do cargo em comissão respectivo, enquanto o exercer.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Os funcionários a serem beneficiados por estas disposições são, em verdade, os principais esteios da administração, pois, apesar das naturais substituições na cúpula diretiva, esses funcionários permanecem prestando valiosos serviços, uma vez que, por sua capacidade, idoneidade e dedicação, normalmente se sobrepõem às costumeiras alterações em "staff".

Entretanto, e não obstante sua colaboração se faça necessária por longos períodos, abrangendo mesmo várias legislaturas, não estão a salvo de surpresas desagradáveis, somente compensadas por ocasião de

suas aposentadorias, pela aplicação do inciso III, do art. 140, do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado.

O dispositivo supracitado é prova cabal do alto apreço que tem a Administração por seus funcionários que vêm a ocupar cargos comissionados ou funções gratificadas.

Igual ou melhor tratamento também lhes dispensam outras unidades da Federação, a exemplo do que ocorre nos Estados de Santa Catarina e do Rio de Janeiro, que lhes asseguram a percepção de determinadas vantagens na atividade, em reconhecimento pelos serviços prestados.

Não se está, pois, a inovar. Busca-se tão somente suprir uma lacuna existente em nossa legislação e ao mesmo tempo estimular — a todos quantos possam vir a ser beneficiados — a trabalharem com maior denodo e afinho pelo nosso Estado do Paraná.

Acresce notar que as alterações ora introduzidas premiarão com maior justiça as diversas situações funcionais possíveis.

Exemplificando, veja-se a situação dos seguintes funcionários:

FUNCIONÁRIO A — exerce função gratificada por quatro (04) anos e cargo em comissão por um (01) ano;

FUNCIONÁRIO B — exerce função gratificada por seis (06) anos e cargo em comissão por dois (02) anos;

FUNCIONÁRIO C — exerce, em períodos descontínuos, função gratificada por seis (06) anos e cargo em comissão por seis anos; e,

FUNCIONÁRIO D — exerce ininterruptamente, função gratificada ou cargo em comissão durante mais de dez (10) anos, ou, alternadamente, durante quinze (15) ou mais anos.

Ao funcionário “A” cabe o direito já assegurado pela atual legislação de se aposentar com vencimento do cargo em comissão ou com o vencimento de seu cargo efetivo, acrescido de gratificação correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do cargo em comissão.

Ao funcionário “B”, além do direito assegurado ao funcionário “A”, é facultado optar pela incorporação de um quinto (1/5) da diferença entre seu cargo efetivo e a função gratificada (correspondente ao 6.º ano), e de dois quintos (2/5) da diferença para o cargo em comissão (7.º e 8.º anos).

Ao funcionário “C” são assegurados os mesmos direitos do funcionário “B”, porém com direito à diferença integral entre o seu cargo efetivo e a função gratificada ou comissão, em virtude da incorporação dos cinco quintos (5/5) calculados do 6.º ao 10.º ano.

Finalmente, ao funcionário “D” sempre respeitado o direito de optar pelas vantagens concedidas nos exemplos anteriores, é facultada a incorporação, ao vencimento do cargo efetivo, do valor da função gratificada ou de setenta por cento (70%) do valor do cargo em comissão exercido.

Veja-se que na atual sistemática, assistem as mesmas vantagens aos funcionários “A” e “D”, o que, se não revela uma injustiça, evidencia igual tratamento para seres desiguais, que não é a melhor forma de justiça.

Observe-se em conclusão que haverá respeito à hierarquia funcional no caso de dois funcionários que detenham cargos efetivos distintos, mas ocupem cargos em comissão idênticos e preencham as condições exemplificadas para o funcionário “D”. Neste caso, aquele que ascendeu aos maiores cargos de sua carreira manterá a diferença existente entre o seu cargo efetivo e o cargo efetivo de outro funcionário.

Merece registro, em última análise, a observação de que a perda do cargo comissionado ainda resultará em prejuízo para quem o ocupava, visto deixar de perceber a

verba de representação, que, em alguns casos, quase corresponde ao valor do vencimento do cargo comissionado.

Por essas razões, parece-nos ser não apenas oportuna, mas imperiosa a adoção das medidas aqui preconizadas.

LEGISLAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Lei n.º 5851, de 14.04.81 — Dá nova redação ao art. 101, da Lei n.º 4425/70, assegurando a percepção da remuneração do cargo em comissão mais elevado exercido por período não inferior a um ano, desde que tenha exercido cargos comissionados ou funções gratificadas por período igual ou superior a dez anos.

Lei n.º 6191, de 08.12.82 — (Artigos 24 a 26) — Adiciona ao vencimento do cargo efetivo a partir do 6.º ano, por ano de exercício, um quinto (1/5) da diferença entre o vencimento do cargo efetivo e o do comissionado ou da função gratificada.

Lei n.º 6270, de 19.10.83 — O artigo 9.º estende à Administração Indireta as disposições dos artigos 24 a 26 da Lei n.º 6191/82.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Lei n.º 530, de 04.03.82 (Artigos 10 a 12) — Assegura a percepção da função gratificada ou de setenta por cento (70%) do valor do cargo em comissão exercido por um ano, ao funcionário que contar com dez anos consecutivos ou quinze alternados de exercício em cargos comissionados ou funções gratificadas.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Lei n.º 94, de 14.03.79 — Os artigos 129 a 131, asseguram as mesmas vantagens dos artigos 10 a 12 da Lei n.º 530/82, do Estado do Rio de Janeiro.

OBS: — Está em tramitação um projeto de lei que objetiva aprimorar a concessão dessas vantagens, concedendo-as também na forma de um quinto (1/5) a partir do sexto ano, nos moldes da legislação do Estado de Santa Catarina.

PROJETO DE LEI N.º 04/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer normas e critérios visando a contratação pelas repartições públicas estaduais da Administração Direta e Indireta, de menores pertencentes às Guardas Mirins existentes no Estado.

Art. 2.º — Dos vencimentos a serem pagos pelos serviços dos menores, 50% do valor a ser percebido, deverá ser depositado em Caderneta de Poupança em estabelecimento bancário oficial, pelos órgãos competentes dos menores, vinculando-se a respectiva conta com a cláusula de retirada após a maioridade legal.

Art. 3.º — Através de decreto o Poder Executivo dentro de 90 dias, após a publicação desta lei, estabelecerá normas para aplicação do estabelecido no art. 1.º.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Os menores carentes devem ser a principal preocupação do Poder Público e é dando atividade compatível aos mesmos

que se consegue fazer com que eles se transformem em cidadãos úteis à sua comunidade e ao nosso País, futuramente.

PROJETO DE LEI Nº 05/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ACEP — ASSOCIAÇÃO DOS CRONISTAS ESPORTIVOS DO PARANÁ, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 06 de março de 1929, a Associação dos Cronistas Esportivos do Paraná — ACEP, tem sido, através dos tempos, porta-voz de todos os que representaram o nosso Estado nos campos esportivos.

Em 1928, o Paraná foi vice-campeão brasileiro de futebol, tornando-se conhecido, desde então, como o grande celeiro do futebol brasileiro, revelando craques de renome internacional, como Gabardinho, Patesko, Biguá, Bino, o “Gato Selvagem”, que foi titular do gol do Corinthians e da Seleção Paulista, Caju, a “Majestado do Arco”, Bolivar, Jackson, Cireno, Rey, Fedato e tantos outros.

Homens que deram o seu testemunho vivo sobre as aptidões físicas dos jovens paranaenses, da sua disciplina, do seu elevado espírito esportivo.

Em parte isso se tornou possível, graças ao trabalho cotidiano e abnegado dos nossos cronistas esportivos, que através dos meios de comunicação social, nunca deixaram de exaltar as qualidades dos nossos atletas, dentro e fora das nossas fronteiras.

Além disso, todos sabem, a crônica esportiva, por sua combatividade em defesa dos interesses do Paraná, sempre foi uma escola de líderes, revelando Conselheiros do Tribunal de Contas como Rafael Iatauro e João Feder, Prefeitos como José Tadeu Saliba em Araucária e Maurício Fruet em Curitiba, vereadores espalhados por todo o Paraná e representantes do povo com assento nesta Casa, como os nobres Deputados Airton Cordeiro, Edmar Luiz Costa, Hermas Brandão, Nestor Baptista, Fiori Luiz e o próprio que vos fala. Sem contar os que deram a sua contribuição pessoal para o desenvolvimento do nosso futebol, como é o caso de Anibal Khury, que presidiu o Clube Atlético Paranaense, Hermas Brandão, diretor do Colorado e Fiori Luiz, atual Vice-Presidente do Londrina.

Ao longo de sua história, a ACEP teve seus momentos de glória, como ocorre com outras instituições civis em nosso País, e seus momentos de crise que soube superar com galhardia. Reorganizada em março de 1974, a ACEP foi dirigida sucessivamente por homens que merecem o nosso maior respeito, como Sílvio Ronald, Antônio Carlos Carneiro Neto, Raul Mazza do Nascimento e agora por Joe Silva, nosso companheiro de crônica esportiva de Maringá.

O título de utilidade pública, que temos a honra de propor, será a justa homenagem deste Poder, a uma entidade que tanto realizou em benefício do nosso Estado e do nosso esporte.

PROJETO DE LEI Nº 06/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, da Secretaria de

Estado dos Transportes, para fins de conservação e melhorias, a estrada intermunicipal que liga a sede dos Distritos de Cachoeira, Município de Cascavel, à sede do Município de Braganey.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente lei, correrão através das verbas próprias consignadas no Orçamento Geral do Estado, destinadas ao DER.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Atualmente a estrada que liga o Distrito de Cachoeira, no Município de Cascavel, à sede do Município de Braganey, vem apresentando um fluxo dos mais dinâmicos com referência ao transporte dos produtos agrícolas ali produzidos, proporcionando inúmeros recursos financeiros à Receita Estadual.

Tendo em vista a precariedade da estrada e das condições municipais para a sua conservação e melhoramento, justo é que o Estado, através do DER, assuma esta responsabilidade, para que não hajam prejuízos às receitas estaduais, no transporte das safras agrícolas produzidas naquela rica região paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 07/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Pa
DECRET.

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E RECUPERAÇÃO DOS ENCARCERADOS — AARE, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Assistência e Recuperação dos Encarcerados, é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, com o objetivo filantrópico, tendo por finalidade promover a reabilitação social e humana dos detentos, proporcionando-lhes atividades Assistenciais, educacionais, profissionais e culturais. Prestando, também assistência às famílias dos detentos, desenvolvendo programas de atendimento social e colaborando nos trabalhos de prevenção à criminalidade, junto aos dependentes dos presidiários.

Nestas condições, contamos com o indispensável apoio dos nobres Pares, com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edgard Pimentel, inscrito.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao ocupar a tribuna na tarde de hoje, gostaria de propor a esta Casa a transcrição nos Anais, do Editorial transcrito na edição do dia oito de março “de Gente”, no Jornal “Paraná”, de Cascavel, de autoria do eminente e ilustrado jornalista Emir Sfair.

O título do editorial é “Glória. Que Glória?”

O Carnaval 84 foi saudado por muitos brasileiros como um grande acontecimento, uma espécie de glória nacional. Infelizmente não participo desta euforia, pois, no meu

entendimento, nunca vimos uma festa tão distante do espírito do carnaval, abusos, devassidão, pornografia, na transformação de uma festa do povo num show para turistas internacionais e num desfile de lances pornográficos em nossos lares, graças ao “milagre” da televisão.

O sonho acabou. Confetes e serpentinas descansam no lixo ou são levados pelo vento. Reis, príncipes, rainhas, colombinas, e pierrôs, curtem suas ressacas a perambular pelas ruas, ainda tontos diante da folia. Eles ficarão mais “dopados”, ainda, ao despertarem diante da realidade que é o contraste com as vestes caras, pois agora são apenas desempregados e subempregados a lembrar com saudade os momentos de alegria passageiros como castelos de areia.

Vivendo a sua maior crise econômica, o País perdeu 60 dias a preparar a festa para turistas e montar o show para a TV. O deus dólar, supremo mandatário de um povo que já foi varonil, representa hoje o ídolo de ouro das maiorias dos adoradores que se ajoelham diante da sua imponência e que atrelaram a festa do povo às suas exigências. Com o FMI batendo às nossas portas, com a dívida externa pesando em nossas vidas, saímos para a folia, como se nada existisse além do carnaval.

Era a liberdade dos escravos do Brasil Colônia, precursores do Carnaval de hoje, largando suas algemas e correntes e o jugo dos senhores de engenho, para pular pelas ruas, como se fossem selvagens a viver um instante de independência. Quanta semelhança entre os escravos de ontem e os de hoje. Aqueles tinham menos fome e mais esperança.

Pouco mudou neste País do Carnaval. Quem viu pela Televisão a festa profana sentiu que no Brasil não estamos apenas vivendo uma crise econômica, social e política, mas a crise moral. Perdem homens e mulheres deste País, as últimas cidadelas de respeitabilidade que poderia se exigir de um povo pobre e oprimido.

Nossa alegria, a desfilar nas passarelas e nos sambódromos, é falsa, como falsos são os príncipes e rainhas, as baianas e os pierrôs. Como falsos são os sorrisos e falsas as esperanças. Não temos mais o Carnaval autêntico, de outros tempos, quando o povo saía às ruas para se divertir e não para ser mostrado como um espetáculo pagão aos olhos do mundo.

O Carnaval de hoje, senhores, é melancólico e triste, retrata o Brasil irresponsável e pagão que não desejo para as gerações vindouras. Uma Sodoma e Gomorra que adora o deus dólar e que se submete a um poder estranho à nossa alma e ao nosso coração.

Por favor, acorde Brasil, pois na Festa do Momo, vi retratada, a imagem do nosso povo, a República de Bananas, a que me refiro constantemente, uma espécie de bordel, das multinacionais.

Vamos, pelo amor de Deus, mudar este País, acabar com a autoridade que censura peças teatrais e humoristas e incentiva a prostituição; terminar com o policial que prende homens pelas suas idéias e deixa soltas nas imagens da TV, dentro de nossos lares esvoaçantes mariposas elegantes, a exibir a nudez pornográfica que é o símbolo da decadência de um povo outrora varonil”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta é uma Casa política, não obstante, na primeira sessão do ano de 84, eu quero fazer uma rápida apreciação do que foi o melhor carnaval do Paraná e um dos melhores do Brasil, sem dúvida nenhuma. Refiro-me ao carnaval de Antonina.

E é necessário que, nesta hora de angústia, de sofrimento por que passam todos os brasileiros, nesta hora de incerteza, nesta hora de incerteza, nesta hora de uma dúvida atroz: diretas ou indiretas, este ou aquele presidenciável, este ou aquele caminho para debelar com a fome, com a desgraça que assola este País, que falemos alguma coisa sobre o que existe de bom que é também o carnaval que se encerrou na semana passada.

Eu tive o privilégio de compor a Comissão Julgadora de Antonina no domingo de carnaval, assistindo ao desfile de cinco escolas de samba, duas gigantes, ciclópicas que disputaram os votos dos srs. jurados: a Escola Unidos do Batel e Unidos da Capela, um desfile para ninguém botar defeito, mil e trezentos figurantes de cada uma dessas escolas, com luxo, bom gosto, riqueza, um samba enredo que poderia disputar em igualdade de condições com as melhores escolas do Rio de Janeiro. E o julgamento, como devem saber os Senhores Deputados, deu por três pontos para a Escola de Samba da Capela. Não obstante, houve um consenso entre o Sr. Prefeito e os presidentes das duas escolas: da Capela, o Sr. Camargo e do Batel, o Sr. Wilson Kalil.

Esse consenso estabeleceu o seguinte resultado: que seria inutilizado, seria prejudicado aquele resultado que deu a vitória por três pontos para a Escola da Capela, e novo julgamento seria realizado por ocasião da Páscoa que se aproxima. Os resultados prejudicados, portanto, novos critérios seriam adotados e novo julgamento seria realizado.

Eu queria, nesta oportunidade, em que iria endereçar dois expedientes aos senhores dois presidentes das duas escolas de samba, cumprimento pelo bom gosto e pelo espetáculo maravilhoso que impressionou a milhares de turistas que lá acorreram nos dias de carnaval. Pedir também, neste expediente, que auxílios sejam prestados, através da PARANATUR e da Secretaria da Cultura para que estas escolas tivessem condições financeiras de, por ocasião da Páscoa, se apresentarem ao público do Paraná, não só de Antonina, como do Paraná todo que por certo lá afluirão, a fim de que possamos - como disse, no início, repito: esquecer as agruras, as dificuldades que este Brasil enfrenta como de resto o mundo todo - que possamos dar um pouco de alegria a este povo entristecido, fazendo com que uma reedição, uma repetição dos fatos ocorra por ocasião das festas pasquais.

Eu faço, Senhor Presidente, endereçarei à Mesa, dentro de alguns instantes, dois requerimentos, dois expedientes para serem endereçados aos presidentes das Escolas de Samba e um auxílio que eu peço também, independentemente desse primeiro expediente à Paranatur e à Secretaria da Cultura e do Esporte.

Eu quero render minhas homenagens a esse pessoal, pessoal que, tão abnegadamente, ensaja dias maravilhosos aos paranaenses que lá chegam naquela Capela maravilhosa, e tenho a certeza que vou contar com a participação do Deputado que tem a liderança, que tem o controle político da região, que é o Deputado Artagão de Mattos Leão, ele somar-se-á comigo, tenho plena convicção para que, juntos, possamos reviver dentre mais umas cinco semanas, o belo carnaval que Antonina oferece aos paranaenses.

Senhor Presidente, era o que tinha a dizer a Vossa Excelência e Senhores Deputados e peço meus

agradecimentos, desejo meus agradecimentos neste momento. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Concede a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel, (Ausente). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida. O-SR' MÁRCIO ALMEIDA.—Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apesar da pérola do pensamento antidemocrático reproduzido ontem na “Folha de São Paulo”, ocasião em que o Ministro Jarbas Passarinho expeliu as seguintes palavras a respeito da tese das eleições diretas: “Não acredito que um presidente eleito diretamente tenha mais fôlego para convencer a comunidade financeira internacional a reescalonar a dívida externa; o que eles querem, acredito, a comunidade financeira internacional, na verdade, é um Governo estável.”

Pois bem Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, tenho a satisfação de nesta abertura, em termos de Plenário, da sessão legislativa de 84, de abordar, pela primeira vez, a questão das eleições diretas para Presidente da República. E apesar de pensamentos como este pronunciado pelo Ministro Jarbas Passarinho, “que vivemos hoje...” e aí abordo outro aspecto, do Carnaval, a que se referiu o Deputado Nelson Buffara. Do outro aspecto do Carnaval que acabamos de presenciar no País todo, que foi o fato eminentemente político que se caracterizou o Carnaval de todo o País, inclusive a localidade a que se referiu o nobre Deputado do Partido Situacionista.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Foi registrado pela imprensa nacional, foi presenciado por todos nós, a mudança fundamental que nestes últimos meses caracterizou o quadro político nacional.

De uma tese descrente para muitos, ainda hoje, infelizmente como pudemos verificar pelo pronunciamento do Ministro Jarbas Passarinho, embora com justificativas que não condizem com a situação de Ministro de Estado e que, portanto, deveria estar preocupado em saber a que tese a comunidade brasileira está interessada e não a comunidade financeira internacional, temos certeza que nesta reabertura dos trabalhos legislativos de 84, vai marcar o ponto do dia a dia do nosso trabalho, nesta Casa. A discussão sadia e a luta das idéias, no sentido de que a Assembléia Legislativa do Paraná se faça presente no panorama político nacional, com vistas a ser coerente com o anseio do povo brasileiro, com o anseio de todos os segmentos.

Ainda hoje, no encontro do Conselho da Indústria do Paraná, se verificou de que o empresariado paranaense, de uma forma geral, é também sensível à tese das eleições diretas como passo primeiro para se superar as dificuldades econômicas e as mazelas sociais que, ano após ano, o autoritarismo nos legou.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Ao abordar este tema quero fazê-lo com justificativa, do encaminhamento que estamos fazendo à Mesa desta Casa, de um requerimento que suspende a sessão do dia 25 de abril próximo, como forma de viabilizar a participação de todos os Deputados do Paraná, na histórica sessão que aprovará a Emenda Dante de Oliveira, da reconquista do direito de eleger, pelo voto direto e secreto, o Presidente da República.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

(Lê): “Mais uma vez a sociedade brasileira vivencia a CAMPANHA DA FRATERNIDADE, anualmente promovida durante a Quaresma, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Esta, que é a vigésima primeira Campanha, tem como “slogan” “PARA QUE TODOS TENHAM VIDA”. É sobre esse tema que todos os católicos, que todos os cristãos, que todas as pessoas devem refletir. Refletir e vivenciar...”

Falar sobre os objetivos da Campanha da Fraternidade e sobre a profundidade do tema chega a ser dispensável. Ela traz em seu âmago todos os anseios da pessoa humana, em relação a si e ao seu semelhante. O que precisamos fazer é conscientizar cada um de nossos irmãos à prática efetiva daquilo que preceitua esta cruzada de solidariedade humana e valorização da vida.

“Para que Todos Tenham Vida”, está claro que envolve direitos e deveres. Direito de nascer, de comer, de morar, de estudar, de trabalhar, de viver dignamente. Acreditamos que os direitos são de todos; os deveres de uma considerável maioria. Os deveres são daqueles que exercem o comando, a liderança, a influência social.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que desejamos expressar aqui, neste momento, é a nossa esperança de que cada um que tem responsabilidades pela posição que exerce, promova uma efetiva participação nesta campanha para que sejam alcançados os objetivos de fraternidade que ela encerra. Além do engajamento permanente, contribuindo cada um com os meios ao seu alcance para que cada preceito se torne prática efetiva, é dever imperioso a conscientização daqueles sobre os quais as lideranças influenciam.

Julgamos desnecessário pedir a reflexão dos que governam, dos que dirigem, dos que lideram. Pela posição que ocupam, pelo valor que essa posição exige como requisito, entendemos que cada um fará seu papel. Todavia, é necessário ir além da reflexão; é preciso que se imbuam a todos os espíritos do sentimento fraterno que a campanha expressa.

É preciso que se leve a mensagem; que se dissemine a mensagem; é preciso que se dê o exemplo.

Somente assim a Campanha da Fraternidade poderá ser uma cruzada concreta de concretos resultados; para que todos — sincera e realmente — tenham vida; vida em toda a sua plenitude, em toda a sua dimensão, em toda a sua expressão de dignidade.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Escorsin, inscrito.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Ao ocuparmos a tribuna, o fazemos com o coração contrito: vemos, senhor Presidente, Senhores Deputados, nesta Casa, nas Secretarias de Estado, na Capital e no Interior, em termos de serviço público, dois Paranas — o dos funcionários ativos e o dos aposentados do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

Os primeiros, embora ainda não gozem de condição privilegiada, têm encontrado algumas respostas a seus apelos junto ao Governo do Estado.

Muito falta a ser feito para que essa classe dos funcionários públicos ativos alcance o estágio ideal, especialmente em salários condizentes com suas responsabilidades, mas aqui na Casa, elas encontram vozes abalizadas que os defendem, suas associações de

classe pelo menos conseguem dialogar com autoridades competentes, na busca das soluções.

O outro Paraná do serviço público é o dos aposentados. Eles se constituem nos párias da administração. Abandonados à sua própria sorte, longe de receberem dos governantes os aplausos, por uma vida de trabalho dedicado, decente e honrado, vêem suas reivindicações tratadas como menosprezo. Ainda agora temos o exemplo dessa atitude sem grandeza.

Na Mensagem Governamental nº 28/83, o Excelentíssimo Senhor José Hosken de Novaes, numa demonstração de alto espírito humanitário, inseria algumas melhorias a favorecerem a sofrida classe dos aposentados.

Não sabemos, não compreendemos, não entendemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a que pretexto, tal mensagem foi devolvida ao Poder Executivo sob a justificativa de revisão e reparos.

Nem se diga Senhores Deputados, que a Mensagem apresentava características demagógicas, pois, esse não era o estilo do ex-Governador.

Hosken de Novaes desejava apenas, justiça a uma classe desamparada.

Pois bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, queira Deus que a demora se deva ao acréscimo de novas vantagens aos servidores aposentados.

É de se esperar isso, em função de vivermos um Governo que teve na justiça social, um dos temas principais de sua campanha eleitoral vitoriosa.

Mas o tempo passa. A inflação galopante há muito corroeu o poder aquisitivo dessa classe.

Sofremos todos as consequências do terrível pesadelo econômico que se abate sobre o País, mas aqueles que chegaram ao fim de uma carreira fecunda, vivem hoje, em condições desesperadoras.

Nenhuma defesa têm em momento da vida, em que não pode mais trabalhar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É nosso dever, independente de coloração partidária, apelarmos, exigirmos, suplicarmos ao Governador José Richa, para que volte suas atenções a essa situação.

Certamente ele, que é um homem de formação cristã, sensibilizado ainda mais por este momento em que se realiza a Campanha da Fraternidade cujo tema é "A VIDA", dará imediata resposta a esta reivindicação.

O aposentado do serviço público merece uma vida digna, depois de ter ajudado com dedicação, empenho, honradez, a abrir os caminhos que este Paraná de progresso e desenvolvimento, hoje trilha.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aqui vai nosso apelo às vossas consciências para que votem favoravelmente ao requerimento que pretendemos seja encaminhado, por esta Casa, ao Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, vazado nos seguintes termos:

"O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, que sejam renovados os apelos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido do reajuste dos funcionários aposentados, cujas melhorias estavam consignadas na mensagem governamental nº 28/83, do Excelentíssimo Senhor Ex-Governador Hosken de Novaes". Devolvida ao Poder Executivo, por solicitação do Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, para revisão e reparos, e até esta data não retornou ao Poder Legislativo.

Tenho certeza do apoio unânime desta Casa à presente reivindicação, mesmo porque somos todos representantes dessa população paranaense, em que os aposentados se inserem, e o requerimento ora apresentado,

é o terceiro encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador após aprovação unânime desta Casa.

Nesta condição, de representantes do povo, esta Casa, e todos os seus componentes jamais poderão ficar enclausurados na roupagem de vidro deste recinto, insensíveis aos apelos e aos sofrimentos que buscam aqui as suas vozes, e o silêncio governamental não atinge a urgência da problemática humana reclamada.

É preciso que despertemos, acordemos ante à dura realidade existencial dos funcionários aposentados, vítimas muitas vezes, da precariedade e fragilidade do entendimento humano.

O compromisso que o poder público quer Federal, Estadual ou Municipal tem com o funcionário aposentado, é o de continuar a prover sua subsistência.

O rendimento do aposentado mais antigo, que atinge um só decênio sempre é fixo, e de forma alguma, com essa inflação galopante, não acompanhou, nem acompanhará o índice de elevação do custo de vida.

Numa comparação entre funcionários da ativa e inativos, observa-se que os salários antigos caíram em desníveis inferiores ao mínimo vital, e para que os dignos deputados se interem dos fatos, vou dar um exemplo: este humilde parlamentar, exercia o cargo de Agente Fiscal da Secretaria de Finanças, e obteve sua aposentadoria em 1980, e os rendimentos que hoje percebe, superam os proventos de seus superiores hierárquicos, como sejam Diretores, Assistentes, Inspetores, Delegados da Fazenda, que se aposentaram em 1970 (diferença de um decênio), num percentual que supera as cifras de 300%.

Neste exemplo citado, fiz o confronto, o cotejo entre os meus proventos de 1980, com os proventos daqueles que na ocasião, conforme a hierarquia ocupavam destaque funcional.

A hora em que vivemos é de crise, de desespero e de miséria.

O momento não comporta discussões, nem esperas intermináveis.

Exige, sim, medidas objetivas, concretas, definitivas e urgentes.

É preciso, é necessário, é um clamor justo, humano, indiscutível o reajuste do rendimento dos aposentados.

O reconhecimento da dignidade dos homens, das famílias, baseia-se no respeito à vida humana. É um apostar na sociabilidade dos homens, na sua vocação para caminharem juntos, governantes e governados, com continuidade, mediante um encontro convergente de intelegências, de vontades, e de corações em direção ao fim que o criador, lhes estabeleceu, tornar a terra habitável para todos e digna de todos.

Deixar sobreviver em condições sub-humanas, totalmente alijadas da sociedade, em que tanto serviu, o injustiçado aposentado, é um crime imperdoável, um erro irreparável, um ato de uma inércia inaceitável.

A crescente multidão de aposentados sem rendimentos suficientes, jogados à mercê do cruel destino é uma realidade palpável, inquestionável e dolorosa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aqui vai, com todo respeito, nosso chamamento de consciência e de responsabilidade ao Excelentíssimo Senhor Governador José Richa.

Queremos e desejamos apresentar o nosso apelo para que a mensagem seja novamente analisada, alterada se preciso for, para que o problema do servidor público aposentado seja resolvido na menor brevidade possível.

Não importa a autoria ou partido político que formulou e encaminhou a mensagem, mas, sem qualquer discriminação, àqueles que irão batalhar e concluir o ato que irá beneficiar

milhares de seres humanos.

Afinal, a aposentadoria tem um fundamento de justiça, porque não reparar com urgência as injustiças outrora cometidas?

Apelamos aos sentimentos humanitários e cristãos do Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, para que a mensagem após analisada convenientemente, seja remetida a esta Assembléia Legislativa.

Confiamos que o governador José Richa, há de compreender, há de sensibilizar-se ao apelo que ora formulamos e renovamos em nome dos desesperados aposentados que são os flagelados dos tempos atuais.

Cremos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que assim agindo, cumprimos efetivamente, a nossa missão de sermos a voz dos que não têm vez.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira: Vossa excelência me concede um aparte, nobre Deputado? (Assentimento do orador).

Congratulo-me com Vossa Excelência pelo brilhante e bem fundamentado trabalho que Vossa Excelência apresenta, nesta tarde, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Aliás, como das vezes anteriores Vossa Excelência traz argumentos irretorquíveis à apreciação dos Senhores Parlamentares, e desejo declarar desde logo, neste aparte, a posição solidária da Bancada do PDS ao requerimento que Vossa Excelência formula até porque no início destes trabalhos legislativos, deste ano, do ano passado de 1983, tivemos a oportunidade de tentar fazer votar na Assembléia Legislativa a mensagem do ex-Governador José Hosken de Novaes que possibilitava um tratamento mais condigno aos funcionários inativos civis e militares do Estado do Paraná. No entretanto, pela alegação da Bancada majoritária e pela Liderança Governista nesta Casa a mensagem foi retirada para o aprimoramento daquele trabalho feito pelo Governo anterior e até hoje, já se passou quase um ano, não veio ainda à Assembléia Legislativa a justiça aos funcionários aposentados do Estado do Paraná. Por isso em boa hora Vossa Excelência levanta o assunto e demonstra, com evidência dos números, que está na hora do Senhor Governador José Richa sensibilizar-se para esse problema humano de milhares de criaturas que dedicaram toda sua vida à causa pública e que hoje vêem-se na situação de verdadeiros mendigos do Governo do Estado. A situação é grave não só em termos de remuneração de seus salários porque os funcionários inativos, na verdade, estão percebendo quase que menos do que aqueles que estão iniciando, hoje, no serviço público numa total injustiça, mas também porque o próprio Instituto de Previdência do Estado do Paraná trata desigualmente os funcionários inativos e aqueles pensionistas do IPE, que perdem o chefe de família e que ficam os que restaram, numa situação de injustiça perante aqueles que recebem os benefícios integrais do IPE. Aliás, nesse sentido, a Bancada do PDS pretende apresentar um estudo alentador para promover as modificações no IPE e também beneficiar o funcionalismo aposentado do Estado do Paraná.

Meus cumprimentos, o nosso voto favorável e a esperança de que o Governador sensibilize-se com os argumentos que Vossa Excelência apresenta nesta tarde.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Eu agradeço o aparte do nobre Líder Luiz Alberto Oliveira e concluo o meu pronunciamento.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência consulta a Liderança do PDS se irá fazer uso do horário que lhe é destinado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Deputado Gilberto Carvalho, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO) — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

“ Em 1982, a oposição de então, situação de hoje, entre suas críticas, a que dava maior destaque era a defesa do trabalhador, combate ao desemprego, enfim a valorização da pessoa humana.

Receberam um governo em condição estável e organizado, prova que foi possível dar continuidade a todas as obras iniciadas e, passado um ano, o Governo reafirma as boas condições financeiras do Estado.

Liquidou compromissos assumidos pelo Governo anterior, mas contraiu empréstimos maiores.

Inicia 1984, com orçamento elaborado pelo seu Governo, nada do Governo passado, e o que nós assistimos: — Educação, Saúde e Segurança, o trinômio de valorização da pessoa humana, o que propunha a oposição de 1982, um completo descaso.

Não vou falar hoje de Saúde e nem de Segurança, vamos começar pela Educação para ver se o Governo volta os olhos para esse setor neste início de ano, para ver se salva alguma coisa, quando já passa de um mês, do início das aulas, e os pais reclamam por falta de professores nas escolas, como há poucos dias vimos pela televisão a passeata em Londrina como em outras cidades os alunos abandonados.

Participei, na semana passada, de um encontro de Diretores de Escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, onde ouvi reclamos de perseguição às Escolas, num revanchismo às Escolas da Comunidade.

Vejam bem, Srs. Deputados, alunos de Agudos do Sul e de Ibema que concluíram o 2.º Grau, alguns já na Faculdade, não conseguiram registrar seus certificados, porque a escola está com autorização de funcionamento provisório; não sai seu reconhecimento, porque não sei.

Alegam a falta de escritório modelo que das Escolas Estaduais dispensam, que a falta de escritório modelo contraria a Lei nº 5692.

Ao mesmo tempo contrariam a Lei 5692, criando extensões como é o caso de Vera Cruz, onde funciona extensão de um colégio de Cascavel, unicamente com o intuito de liquidar com a existente da CNEC, em Vera Cruz.

Criam escolas do Estado onde já existe da CNEC e não têm clientela para as duas.

Onde não existe da CNEC, e nem do Estado, colocam os maiores obstáculos, alegando que precisam organizar o ensino neste ano para criar no próximo.

Que organização é essa?

O Município de Lunardelli, tem hoje 350 alunos para serem matriculados no 2.º Grau, tem professores e salas de aula construídas no governo passado. Para esse município, não criou o segundo grau; esses alunos vão aguardar um ano? Começa aí o êxodo rural, os pais desesperados procuram os centros maiores para dar condições de estudo a seus filhos, quando poderiam ficar na sua pequena cidade, no meio rural, produzindo para o desenvolvimento do País.

A discriminação no setor de Educação junto às Prefeituras, onde os prefeitos foram eleitos pelo PDS, é visível.

O governo transfere recursos através da Secretaria da Educação ao município do PDS, para pagamento de professores, a fim de que o mesmo coloque à disposição do Estado, nas escolas do Estado, mas parte desses professores têm que ser indicados pelo Diretório Municipal do PMDB.

Nos municípios do PMDB, o prefeito relaciona suas professoras municipais, mesmo que não estejam nas escolas do Estado, e essas são pagas pelo mesmo.

Professores do Estado à disposição de prefeituras do PDS, nem pensar.

Existem casos em que o prefeito quer utilizar as professoras mais antigas do Estado em setores sociais ou para Inspetoria Municipal, e às vezes a própria esposa do prefeito não consegue.

É lamentável que isto venha acontecendo.

No caso específico da CNEC, que é um verdadeiro trabalho comunitário, os presidentes de setores são eleitos diretamente pela comunidade sem lista tríplice, e os diretores são nomeados pela direção estadual que acata a decisão do setor. É livre a participação no setor de toda comunidade.

O governo que prega a criação de conselhos comunitários, — o que julgo válido — pois fui um dos primeiros a pregar a criação de conselho comunitário em municípios da minha região onde eu era o mais votado, mas o prefeito embora do mesmo partido não era meu companheiro e tinha dificuldade em trabalhar. Julguei que através de um conselho comunitário poderia haver um trabalho profícuo.

Porque o governo não orienta a participação de companheiros seus nesses setores locais, os quais poderão assumir as escolas e dirigir.

O governo que faça um levantamento quanto custa uma Escola de 2.^o Grau pelo Estado e uma da CNEC, onde a comunidade participa.

Se quiser fazer uma política séria, assuma com pessoas da comunidade e de sua confiança, e de metade do recurso que gastaria numa escola mantida pelo Estado, sendo o ensino fiscalizado pela comunidade, sem o autoritarismo da Secretaria da Educação, que pensa suprir sua incompetência pelo autoritarismo”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria, no início desta legislatura, vir à tribuna para dizer da satisfação de uma administração em que tudo fosse bem, como está bem equilibrada a situação financeira do Estado. Infelizmente, somos obrigados a usar desta tribuna, na defesa daquilo que nos propusemos a fazer, como representantes do povo.

O Sr. Mário Pereira — Vossa Excelência me concede um aparte? — (Assentimento).

Sr. Deputado, foi citado o problema de Vera Cruz do Oeste, mas eu queria dizer ao nobre Deputado, que em Vera Cruz do Oeste, que era o antigo distrito do Município de Céu Azul, que não havia escolas de 2.^o grau, e que a prefeitura transportava os alunos carentes até a sede do município para aqueles que não podiam pagar a CNEC, hoje não transporta mais, porque aquele que era Município de Céu Azul hoje é o Município de Vera Cruz, e a CNEC de Vera Cruz do Oeste fechou por uma decisão de toda a diretoria da própria CNEC, porque esta não vinha prestando contas dos recursos recebidos, e a diretoria, insatisfeita com a forma pela qual estava sendo conduzida a CNEC, a extinguiu. Ficou, portanto, o Município de Vera Cruz sem colégio algum de segundo grau, e por isso o governo tomou esta decisão, até como uma forma de resolver aquela situação.

De cento e poucos alunos matriculados na CNEC, no ano anterior, pulou para 340, com a extensão criada lá em Vera Cruz, demonstrando com isso que o colégio público por ser gratuito, fez com que muitos que haviam abandonado seus estudos, deixando de estudar por falta de condições para pagar as mensalidades, pudessem ter a oportunidade, novamente, de voltar a estudar. Não era lá o caso, em Vera Cruz, de se pagar bolsas de estudos, porque a

CNEC se extinguiu.

Outros casos citados pelo nobre Deputado, eu não questiono, porque não tenho conhecimento, mas em Vera Cruz é esta a real situação, e eu escutei do próprio Governador José Richa, de não ter nada, absolutamente nada nada contra a CNEC, mesmo porque o Estado não tem condições de absorver de imediato, duzentos e poucos colégios da CNEC e passá-los à rede pública; não há recursos para o Estado assumir.

Portanto, não é uma posição contrária do Governo à CNEC, pode ter a posição de algumas pessoas, contrárias à mesma, mas não é a opinião do Governador do Estado, e o caso concreto de Vera Cruz do Oeste foi para resolver uma situação de fato, criada com a extinção da CNEC, a emancipação emancipação de Vera Cruz, e a falta de um colégio de segundo grau.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Mário Pereira, quando Vossa Excelência fez menção do aumento de alunos com a extensão de colégios mantidos pelo Estado.

Veja bem, que não vai aqui nenhum interesse eleitoreiro meu, pois não faço política naquela região. Estou aqui trazendo ao conhecimento, uma reclamação que recebi de membros da diretoria daquela escola. Mas, para que Vossa Excelência situe bem o caso, o caso de Vera Cruz do Oeste e qualquer outro lugar, onde existe o movimento da comunidade para manutenção da escola, e chega alguém e propõe a fazer tudo sem qualquer despesa, a diretoria concorda para que feche e que funcione o outro do Estado, isso não há dúvida.

Mas veja bem, Vossa Excelência, que esta extensão, que é ilegal e contraria o dispositivo da Lei n.^o 5692, que a despesa que o Governo está tendo com esta extensão, se ele desse uma parte desse dinheiro para manter a escola criada da CNEC, em Vera Cruz do Oeste, teria muito melhor condições de atendimento. A CNEC, não impede que um aluno carente, que não pode pagar, que deixe de estudar; ele estuda mesmo não podendo, porque quando não pode pagar a sua contribuição, existem as campanhas feitas pela escola, algumas bolsas, Vossa Excelência sabe, das dificuldades que nós, Deputados estaduais, não temos bolsas de estudo; recebemos alguma coisa dos Deputados federais, e transferimos para essas escolas, que é muito pouco, é insignificante, mas esse pouco de ajuda que conseguimos, se o Governo transfere uma parte, ele mantém. Mas aí vem o comentário: a escola não vai bem. Mas, porque, se a comunidade é a maior parte interessada na manutenção de um bom ensino; se o Governo entrega um pouco de recurso, só 50 por cento do que ele gasta com escolas do Estado, eu tenho certeza que Vera Cruz teria um ensino muito melhor.

A Escola de Vera Cruz do Oeste, da CNEC, lá está, legalmente criada. Está uma extensão ilegal, que não sabemos. Se alguém chegar e perguntar ao aluno: onde é que você estuda? Ele vai dizer que estuda em Vera Cruz. Mas ele está estudando em Cascavel.

Outra coisa: se se fizer um levantamento — não entro aqui em detalhes, nobre Deputado, já disse que não é minha região, mas me propuseram a trazer a relação de matrículas frias, que não têm esse número de alunos matriculados aumentado, que não freqüentam a escola, não sou eu que estou dizendo, estou dizendo, estou transmitindo aquilo que vi, e me coloco à disposição de mandar a relação dos alunos matriculados e que não estudam, foi só para dar número.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência o aparte, e pretendo, ainda que rapidamente, dar também a minha opinião a respeito disso que considero um verdadeiro atentado contra a liberdade do ensino no Paraná, que está sendo praticado pela Secretaria da Educação e Cultura.

Na verdade, Vera Cruz do Oeste é um município recém-criado, progressista, desmembrado recentemente por um projeto de autoria do ex-Deputado Egon Pudell, que teve brilhante atuação nesta Casa, e que, quando distrito ainda, pela dificuldade de locomoção dos alunos da sede daquele distrito para o município, foi criada uma escola da CNEC.

Esta escola prestou relevantes serviços. Com apoio da comunidade, foi lá erigido um belo prédio escolar, que eu tive oportunidade de participar da sua inauguração, ao lado do ex-Deputado Arnaldo Busato, Presidente da CNEC, e do ex-Deputado Egon Pudell. Milhares de jovens estavam sendo educados naquele prédio pela escola da CNEC. A professora, diretora daquele educandário, professora Maria Alice, uma das vereadoras mais votadas naquele município, me diz o Deputado Tércio Albuquerque, um dos ilustres representantes daquele município, nesta ALEP, ao lado do Deputado Edgard Pimentel, me afirma que a professora Maria Alice foi inclusive a mais votada.

Há uma história de educação, há um respeito ao passado, que não pode, simplesmente, ser ignorado pelas pessoas que praticam um tipo de educação até risível no Estado do Paraná, porque a própria Mensagem do Governador José Richa elabora um erro terrível quando analisa o problema da educação e afirma que no Paraná nós temos dois milhões e 600 mil analfabetos. Só se a Sra. Secretária da Educação e o Sr. Governador José Richa não sabem fazer conta de matemática, ou não sabem ler censo, porque os dados de 1980, a que se refere a mensagem do Governador José Richa, na população total de 7.500.000 habitantes do Paraná, não tem 2.600.000 analfabetos.

Então é uma sucessão de erros, e sobretudo, nobre Deputado, quando Vossa Excelência defende a CNEC, não defende a entidade, mas sim a liberdade de ensino neste Estado, que não pode ser tolhida por um dirigismo estatal do Estado do Paraná.

Na França Socialista, se verificam milhares de franceses indo às ruas. Por que? Porque defendem na França, também a liberdade de ensino. E é isto que defendemos. Defendemos a liberdade de ensino da comunidade, que é a CNEC, uma entidade sem fins lucrativos, que prestou relevantes serviços, defendemos o ensino religioso, defendemos o ensino com tendências, inclusive socialistas, defendemos o direito, sobretudo, o dever do Estado, de oferecer, nos termos da Constituição, educação gratuita a todos os estudantes de primeiro grau.

Entretanto, o que se fez em Vera Cruz do Oeste, no meu entendimento, foi um crime contra a liberdade de ensino, e uma tentativa de apagar toda uma tradição de educação, em tempos difíceis, onde não havia município, onde não havia escola e abnegados professores da CNEC ficavam, às vezes, até sem receber, mas não faltavam com seu sacerdócio diário na sala de aula.

E agora, criou-se a figura esdrúxula de extensão para asfixiar aquele colégio cenecista, que tantos e tão relevantes serviços prestou a Vera Cruz do Oeste.

Por isto, em meu nome pessoal, em nome do Deputado Tércio Albuquerque, em nome do Deputado Edgard Pimentel, hipoteco a solidariedade dos homens da região Oeste, aos professores que fizeram a educação de Vera Cruz do Oeste, e lamento que uma decisão

precipitada e atrabiliária da Sra. Secretária da Educação tenha fechado um colégio no Estado do Paraná. Eles deveriam, na verdade, era abrir escolas, e não propiciar o intervencionismo estatal, o fechamento de uma escola.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço ao nobre

Deputado Líder da nossa bancada, Luiz Alberto Oliveira, o aparte que só veio valorizar o nosso pronunciamento, e Vossa Excelência colocou bem a posição: os encargos sociais desses professores que perderam essas aulas, será pago pela comunidade, porque esta escola é da comunidade. Está provado.

Aqui em Curitiba, os melhores colégios são os colégios particulares, um reforço do Governo para que não onere muito as partes, poderá oferecer um nível de ensino ainda melhor.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Artagão Mattos Leão.

O Sr. Artagão Mattos Leão — Prezado Sr. Deputado, eu me reporto especificamente à situação de Lunardelli, onde Vossa Excelência declinou, existem mais de 350 alunos do segundo grau, sem escolas.

Vossa Excelência há de concordar que Lunardelli, sendo um município novo, tem recebido especial atenção da Secretaria da Educação do Estado. Foi criado há pouco, no Distrito de Primavera, uma escola de primeiro grau, distrito este que dista mais de 30 km da sede do município, enquanto que a sede do Município de Lunardelli dista apenas 8 km do Município de São João do Ivaí.

Eu inclusive concordo com Vossa Excelência, de que deverá ser criada, com urgência, uma escola de segundo grau, para Lunardelli. Mas, se não o foi, é porque ainda não houve possibilidade.

Com relação aos convênios que a Secretaria da Educação vem assinando com os prefeitos municipais, tanto os do PMDB quanto do PDS, esses professores, realmente, deverão ser contratados pelas prefeituras municipais, mas não por indicação dos diretórios do PMDB.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu posso dar o nome do município, nobre Deputado. Eu posso dar o nome e o número de professores que foi exigido a indicação pelo Diretório do PMDB.

O Sr. Artagão Mattos Leão — O que se exige, Sr. Deputado, é o aval da Inspeção Regional de Ensino, mas não a indicação do Diretório Regional do PMDB. Exige-se, isto sim, dentro do convênio que eu tive oportunidade de acompanhar várias reuniões da Sra. Secretária da Educação, em várias microrregiões, a exigência é de que as indicações feitas pelos prefeitos municipais venham acompanhadas com o aval da Inspeção Estadual de Ensino daquele município, mas não por indicação do Diretório do PMDB. Inclusive para exemplificar, eu estive presente na microrregião de Irati, quando o Diretório Municipal de Rebouças tentou, naquele momento, fazer indicação de nomes para serem contratados como professores, e a Sra. Secretária da Educação não aceitou, dizendo que deveria sim, ser indicado pela Prefeitura Municipal, seja de qual partido fosse, porque deveríamos respeitar a manifestação do povo, de 15 de novembro de 1982, e vir acompanhada, sim, do aval da Inspeção Estadual de Ensino.

Eu tenho conhecimento, desta forma, Sr. Deputado. Se Vossa Excelência tem conhecimento de outra maneira, eu admiro muito, porque tenho acompanhado reuniões em microrregiões e o que tenho visto a Sra. Secretária da Educação dizer é isto. O aval da Inspeção Estadual

de Ensino e nunca por indicação do Diretório Municipal do PMDB.

Obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Eu agradeço, Sr.

Deputado Artagão Mattos Leão, mas só para dizer a Vossa Excelência que quando Vossa Excelência fala em Lunardelli, é uma área que eu conheço bem, que nós disputamos juntos. Eu fiquei satisfeito. Não foi criado o primeiro grau, mas sim, a quintasérie do primeiro grau, no Distrito de Primavera, e até sexta-feira, tomei conhecimento que ainda não tinha entrado em funcionamento; os alunos ainda estão sem aula até hoje. É preciso que apele à Secretaria de Educação, que entre em funcionamento o quanto antes.

Quanto à distância de São João do Ivaí a Lunardelli, sabe Vossa Excelência que se fosse 8 quilômetros, o município não teria sido criado, porque, de acordo com a lei, só se cria município distante mais de dez quilômetros. E mesmo que fosse oito quilômetros, esses alunos não teriam recursos para se deslocar ao Município de São João do Ivaí.

Concedo aparte ao Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira – Só para complementar, nobre

Deputado, de que lá em Vera Cruz foi uma decisão da diretoria, eu queria colocar isso novamente. E que liberdade de ensino não é um estado simplesmente de se desobrigar da responsabilidade de fornecer estudo, e no momento em que assume, não pode parecer isso perseguição ao ensino público.

Extensão à CNEC, e o Deputado Edgard Pimentel é testemunha disso, a CNEC tem um colégio no Distrito de Santa Tereza, em Cascavel, com uma extensão no Distrito de Lindoeste.

Portanto, as extensões, quando atendem as necessidades urgentes da educação são mantidas.

Em Vera Cruz, a decisão da comunidade foi de buscar o ensino gratuito e eu estive numa reunião com a CNEC, juntamente com o Prefeito de Vera Cruz, onde a comunidade se propõe a criar, naquele colégio CNEC, um colégio agrícola em Vera Cruz do Oeste.

Portanto, não há campanha alguma contra a CNEC, e eu mesmo, que estudei em colégio particular, de padres jesuítas, não posso também ser contra o ensino particular.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Eu agradeço, nobre

Deputado, e espero numa outra oportunidade, a gente poder voltar ao assunto sobre a CNEC e que eu terei o máximo prazer em trazer mais dados.

Eu agradeço. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) No restante do tempo, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, por cinco minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebemos da Câmara Municipal de Conselheiro Mairynck, uma espécie de denúncia assinada pelo Presidente da Câmara, pelos Vereadores Antônio Carlos da Silva, Onofre de Oliveira, Orlando Vida, José Ramos, onde passarei a ler, dentro do tempo que me é destinado pela Liderança do meu Partido. (Lê):
“Senhor Deputado.

Conselheiro Mairynck, 07 de março de 84.

Cumpre-nos com a presente, noticiar-lhe alguns fatos que ora ocorrem em nosso município, cujos autores são os componentes deste Diretório Municipal do PMDB,

coadjuvados pelos representantes da Assembléia e da Câmara Federal (faço questão de declinar os nomes), os quais vêm tomando atitudes desastrosas, notadamente contra os interesses do município e por extensão, do Estado, em detrimento do povo, entre outros fatos, citamos alguns, quais sejam:

a) transferência do gerente do Banestado há alguns meses, sem a sua devida substituição, motivando o descontentamento de muitos, inclusive vários correntistas estão movimentando com o Bradesco de Jaboti e outros bancos da região, acarretando uma abixa acentuada nos depósitos e outros movimentos, indo, naturalmente, contra os interesses do próprio Estado.

b) demissão sumária de um guarda sanitário.

c) troca do Delegado de Polícia (é lógico, isso não tem problema).

d) troca de diretores de escolas (isto também não tem problema).

e) demissão sumária, em massa, do pessoal que serve a Unidade Sanitária local.

f) demissão de um vigilante bancário, pelo fato de ser Vereador pelo PDS.

Assim sendo, protestamos pela ingerência desses políticos, uma vez que as substituições e trocas feitas não possuem respaldo nenhum técnico ou prático, pois, se assim fosse, inclinaríamos diante dessas mutações, já que o povo estaria se beneficiando, pois a razão de ser do serviço público é o povo indiscutivelmente.

Não obstante, a democracia é sinônimo de liberdade e, conseqüentemente, antônimo de anarquia, de perseguição e de atos contrários ao interesse geral do povo.

A maior demonstração de coerência democrática foi demonstrada pelo atual prefeito municipal, senão vejamos: o mesmo está no poder há um ano, e é público e notório neste município, que dos servidores municipais, 14 deles trabalharam abertamente para o PMDB, votando nos candidatos desse partido, mesmo assim, até então não houve demissão de nenhum desses servidores.

À guisa de conhecimento para Vossa Excelência, dois dos servidores dispensados por politicagem, são a Sra. Nilça Araújo de Barros Santos e Orlando Vida, Vereadores eleitos em segundo e terceiro lugar respectivamente, os quais foram dispensados de suas funções sem quaisquer justificativas.

Entretanto, são pessoas tradicionalíssimas em nosso município, como veremos:

a) a Sra. Nilça Araújo de Barros Santos é vereadora reeleita, sendo a sua primeira eleição com uma votação recorde na história do município, e o seu marido, Sr. Sebastião Silveira dos Santos, já foi vereador por três legislaturas neste município. Atualmente, ele é totalmente inválido por doença, não possui quaisquer bens e outros rendimentos para o sustento da sua família que no todo são oito pessoas, as quais vivem exclusivamente do mísero salário que sua esposa tinha na Unidade Sanitária do Município.

Se não bastasse, a Srs. Nilza é funcionária desde o dia 15.03.74, portanto, com dez anos de bons serviços ao Estado, já que a mesma era contratada desde essa data pelo Estado.

b) Dispensa do Sr. Orlando Vida sumariamente, possui claramente natureza política, dado o seu prestígio no município, pois que um simples vigilante bancário elegeu-se em terceiro lugar entre todos os candidatos de todos os partidos que participaram da eleição, e ainda, para agravar os fatos, o mesmo será substituído por outro vigilante, saído da indicação das pessoas já mencionadas; trata-se de um vulgo “Leivinha”, que possui um comportamento tão

baixo, a ponto de ser inimigo do prefeito municipal, por desmedidas conversas em rua, contrárias à moral do Sr. Prefeito, impedindo portanto que, quando da sua ascensão à vigilância do Banestado, o maior mandatário do município, possa entrar naquele estabelecimento, visto que não coaduna o comportamento ilibado do Chefe do Executivo com o desta pessoa, ainda porque, por força de sua função o mesmo vigilante andara armado em seu trabalho.

Sendo assim, em resumo, levamos ao conhecimento de Vossa Excelência, para que DENUNCIE esses fatos através da tribuna da Assembléia Legislativa, bem como, nos meios de comunicação do Estado e privados, para que o povo paranaense tome conhecimento da democracia participativa do Governo do Estado e seus correligionários políticos.

Ao ensejo apresentamos nossas efusivas e cordiais saudações.

(aa) NILÇA ARAÚJO DE BARROS SANTOS

Presidente

ANTÔNIO CARLOS DA SILVA — Vereador

ORLANDO VIDA — Vereador

ONOFRE DE OLIVEIRA — Vereador

JOSÉ RAMOS — Vereador”.

Queria fazer uma observação que lá em Conselheiro Mairynck, a pequenina cidade é também campeã da democracia participativa.

Lá, a democracia dos moços dos palanques, das patativas, campeia também participativamente naquele pequenino rincão do Estado, no Vale do Rio Cinzas.

Vejam, guarda de banco substituído por um tal de “Leivinha”, que anda armado, ameaçando o prefeito de adentrar o estabelecimento do Banestado, banco nosso, porque pagamos imposto, banco nosso, porque nós, povo que pagamos imposto, queremos ver o dinheiro aplicado em benefício do próprio povo.

Talvez o Governo José Richa, endeusado, empanado, não saiba o que está acontecendo nas pequenas comunas. Talvez, Sr. Presidente, esta democracia participativa seja um modelo da Rússia, talvez seja um modelo da Polônia, que mandou suprimir o próprio crucifixo das escolas. Talvez, Sr. Presidente, nós estivéssemos errados, quando reclamamos desta tribuna, os ilustres Parlamentares do PMDB possam fazer ouvidos moucos, porque demissão sumária, cargo de confiança pode ser substituído, mas tirar chefe de família pelo crime de pertencer ao PDS da vigilância bancária...

Lá no Banco do Estado, Sr. Presidente, o dinheiro entra sem a marca do PMDB ou do PDS. É o dinheiro do povo...

O Sr. Mário Pereira — Permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. GABRIEL MANOEL — Encantado, Sr. Presidente.

Voltaremos, amanhã talvez, ou em outra oportunidade para, com satisfação, darmos o aparte, para que Vossa Excelência tome a iniciativa e se faça justiça neste Estado.

Basta de perseguições. Chega. Cessem as perseguições. Hoje o Governo Richa precisa trabalhar em benefício de sua terra e de sua gente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. RUBENS BUENO — O Deputado Sabino Campos, por quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Sabino Campos, por quinze minutos.

O SR. SABINO CAMPOS — Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados.

No início dos trabalhos legislativos, volto a ocupar esta tribuna para tratar de assunto que envolve hoje e mobiliza toda a Nação brasileira: as eleições diretas para a próxima sucessão presidencial.

E eu me permitiria, Sr. Presidente, fazer aqui a leitura do requerimento que apresento à Mesa, esperando que a aprovação seja unânime, pois entendo que nossos mandatos pertencem ao povo, estando acima de quaisquer interesses pessoais e mesmo partidários, e o povo paranaense e brasileiro já se pronunciou: quer eleições diretas, sem qualquer adiamento ou postergação.

Eis a íntegra da moção, dirigida aos Deputados Federais e Senadores da República:

“A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em nome do povo paranaense, vem através da presente, exigir do nobre Parlamentar voto favorável à aprovação da Emenda Dante de Oliveira (PMDB—MT).

Exigimos porque este é o anseio inquestionável de nosso povo, constatado nas pesquisas de opinião e nas grandes grandes manifestações cívicas ocorridas em todo o país.

Exigimos porque eleger diretamente o Presidente é um princípio histórico e legítimo da República brasileira, e fundamental para a constituição de nossa democracia.

Exigimos porque o atual Colégio Eleitoral não representa sequer uma eleição indireta, mas sim, uma completa farsa eleitoral, tantos são os casuísmos que carrega na sua composição e funcionamento.

Exigimos porque a Nação está cansada de presidentes impostos, sem representatividade nem legitimidade, o que só agrava os terríveis problemas econômicos e sociais que enfrentamos.

Nobres Colegas, Deputados e Senadores, no próximo dia 25 de abril os brasileiros estarão atentos à votação em Brasília. E, caso a Emenda Dante de Oliveira, não seja aprovada, resultando na imposição de um novo Presidente por este Colégio Eleitoral espúrio, o Brasil será mergulhado numa violenta e imprevisível instabilidade política. A responsabilidade por esta situação será principalmente daqueles Parlamentares que se omitirem ou votarem contra a vigorosa reivindicação do nosso Povo: Diretas Já”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é a íntegra da moção.

Acredito, todavia, que a responsabilidade pela reconquista do pleito direto presidencial recai também sobre os ombros de nós, Deputados Estaduais. Todos sabemos do poder de pressão e convencimento que os Vereadores, Prefeitos e Deputados Estaduais têm sobre os Parlamentares Federais. E disso, devemos prestar contas aos eleitores e a todo o povo paranaense.

Por este motivo, faço questão de elogiar publicamente desta tribuna, a posição corajosa do Sr. Deputado Erondy Silvério, que fez a opção de ficar ao lado do povo, defendendo as eleições diretas para a sucessão de Figueiredo, à revelia da própria Liderança nacional e regional do seu partido, o PDS.

Mas, faço questão também de criticar publicamente o posicionamento dos Deputados pedessistas Ivan Gubert, Gabriel Manoel, Tuguio Setogutte, Nelson Buffara e Odeni Mongruel, de condenarem através da imprensa as eleições diretas, agora, em flagrante contradição com o desejo popular, com a posição de seus eleitores, com a maioria dos filiados de seu partido, e em contradição com o próprio programa do PDS.

Ao se colocarem contra as eleições diretas, agora, os nobres Deputados apegam-se ao argumento de que se

deve cumprir a lei, pois o art. 74 da Constituição, prevê a escolha do Presidente pelo Colégio Estadual.

Assumem uma posição de legalismo retrógrado, e se aferram a uma Carta outorgada e duas vezes emendada na parte referente à eleição presidencial, sob a égide do Ato Institucional número 5. Negam qualquer possibilidade de modificação da Constituição para adaptá-la ao clamor nacional pelas diretas. Apegam-se ao aspecto legal, sem qualquer consideração à justiça e à legitimidade.

A estes indiretistas legalistas gostaria de lembrar que a escravidão também já foi lei.

Mas, na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que se esconde atrás desse legalismo rasteiro nada mais é do que o medo das urnas. O medo de serem execrados pelo voto popular. É o medo de perderem o poder e verem o mar de corrupção e desmandos ser investigado pelo povo.

Alguns ao menos têm o mérito de admitir essa evidência, e dizem claramente que não são tolos de abrir mão de uma indicação segura no Colégio Eleitoral para serem derrotados nas urnas, como afirmou o próprio Ministro da Previdência, Jarbas Passarinho, para quem “qualquer candidato do PDS perde a eleição para Presidente da República caso prevaleça o sistema de voto direto”. Estes ao menos têm a coragem de admitir que são impopulares, que não são do agrado do povo, e que se mantêm no poder apenas graças aos casuísmos e a opressão.

Todavia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de entrar no mérito da argumentação dos favoráveis às indiretas para provar que mesmo a suposta legalidade deste Colégio Eleitoral é duvidosa e questionável, pois, na sua estruturação e no seu funcionamento, ele entra em choque com o pouco que ainda resta dos princípios democráticos, republicano e federativo de nossa esfarrapada e ultrajada Constituição.

Vejamos:

O artigo 1º, parágrafo 1º da Constituição diz: “Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido”.

No Colégio Eleitoral, através do “Pacote de Abril” de 1977, foram introduzidos os senadores biônicos, que nada têm a ver com o voto popular, pois, foram simplesmente nomeados pelo Poder Central.

Como fica o poder que emana do povo, Srs. Deputados?

O artigo 153, da Constituição prega a igualdade de todos perante a lei.

No Colégio Eleitoral participam seis delegados das – Assembleias Legislativas Estaduais, –, independente da população ou do eleitorado de cada Estado. E por essa lógica absurda e casuística um eleitor do Estado de São Paulo estará valendo 115 vezes menos do que um eleitor do Estado do Acre.

Onde fica a igualdade de todos perante a lei, Srs. Deputados?

O artigo 47, da Constituição dispõe que “não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a Federação ou a República”.

No Colégio Eleitoral, introduzido pela emenda nº 22, os seis delegados de cada Estado são indicados pelo partido majoritário da Assembleia Legislativa, ignorando-se a representatividade dos demais partidos políticos. Portanto, estes delegados não representam os Estados, nem a população dos mesmos, representam apenas o maior partido do Estado, o que produz aberrações como no Rio Grande do Sul onde o PDS é altamente minoritário diante das oposições, mas indicará todos os delegados, porque individualmente é o maior partido.

Onde fica nosso princípio federativo, Srs. Deputados?

No Colégio Eleitoral participam os Deputados Federais eleitos –segundo as normas da Emenda nº 22: máximo de 60 e mínimo de 8 para cada Estado. Assim, o voto do eleitor de um pequeno Estado passou a valer bem mais do que o voto de um eleitor de um grande Estado, distorcendo ainda mais o mecanismo

de representação das unidades federativas. Enquanto São Paulo, com 13 milhões de eleitores precisou de 252 mil votos para eleger um Deputado, o Acre o fez com apenas 14 mil votos. E ainda mais, elevaram de 2 para 4 o número de Deputados dos Territórios do Amapá e de Roraima, em visível desproporção ao seu número de eleitores.

Como fica nossa Federação e a igualdade de todos diante da lei, Srs. Deputados?

Diante destas evidências, Srs. Deputados, acredito que mesmo o argumento tucano da legalidade torna-se falso, pois o Colégio Eleitoral, além de ilegítimo é ilegal, diante dos princípios fundamentais de nossa Carta Magna que resistiram mesmo nestes vinte anos de arbítrio.

Constata-se também, com essas evidências que este Colégio Eleitoral não representa sequer uma eleição indireta. Representa apenas uma completa farsa eleitoral, que consegue através de tramóias realizar o milagre de transformar o PDS minoritário nas eleições de 1982, com 17,8 milhões de votos, contra 24,4 milhões das oposições, em partido majoritário.

É preciso acabar com esta farsa. É preciso sanear nossa Constituição através das eleições diretas para Presidente, mas não como quer o pedessista Leitão de Abreu, que joga as diretas para a sucessão do sucessor do Presidente João Figueiredo, em 1988.

Ora, Sr. Leitão de Abreu, a Nação já está cansada, exausta deste regime militar que não resolve nenhum de seus graves problemas. Afinal vinte anos de ditadura, corrupção, desemprego, inflação, fome e entreguismo nossas riquezas.

Negar a mudança de Governo através das eleições diretas, agora, fechar os olhos a esse anseio popular, continuar essa política econômica e social já mais quatro anos será o mesmo que atizar fogo a um vulcão que já está prestes a explodir.

E esta realidade foi interpretada com exatidão pelo eminente jurista Godofredo da Silva Teles em entrevista à “Folha de São Paulo”:

“Não toleramos mais um Presidente que não seja eleito por nós.

No próximo período presidencial, se o Presidente não estiver eleito pelo povo, viveremos continuamente em regime de sublevação nacional. Todo tipo de revolução estará justificada.”

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento)

Caro Sr. Deputado Sabino Campos, ouvindo Vossa Excelência eu até estranho que seja Vossa Excelência que traga um pronunciamento desta natureza à Assembleia Legislativa. Vossa Excelência diz que o Colégio Eleitoral é espúrio; mas Vossa Excelência esquece que esta Assembleia Legislativa da qual Vossa Excelência faz parte, é um Colégio Eleitoral para a eleição do Prefeito da Capital; Vossa Excelência votou no Prefeito Maurício Fruct que é biônico e que por sinal é Presidente do CONAN, uma organização a nível nacional, para devolver autonomia aos municípios.

Ele, como Presidente, foi o primeiro a aceitar um cargo, pela via indireta. Vossa Excelências estão promovendo demagogicamente em toda a Nação brasileira, “showmícios”, porque comícios não são. O povo vai, em sua maioria, para assistir os seus cantores preferidos. Eu quero ver comício com a palavra sua, das outras lideranças, sem cantores, sem escola de samba, sem atração para que o povo pobre que vive sem lazer possa ir, no intuito de ouvir apenas as reivindicações de Vossa Excelência por eleições diretas. Mas onde está a coragem de enfrentar o povo sem cantores, sem barulho, sem mentira, porque Vossas Excelências continuam falando a mesma linguagem dos palanques públicos, mas agem diferente. Diferente: não comparecer ao Congresso Nacional, para votar a emenda que devolve as eleições diretas às Capitais. Eu estava em Brasília, justiça seja feita, ao Deputado peemedebista do Paraná, o Sr. José Tavares, único que vi gritando em plenário, pedindo as eleições diretas; eu vi foi o esvaziamento das oposições, lá dentro pedindo as eleições diretas; eu vi foi o esvaziamento das oposições lá dentro do Congresso Nacional. Se Vossas Excelências tivessem feito a maioria do Colégio Eleitoral Brasileiro, que vai

eleger por certo sucessor de Figueiredo, Vossas Excelências estariam hoje com Franco Montoro, Ulysses Guimarães; com o Governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, ou o seu próprio aqui, como candidato nas eleições indiretas; e não estariam promovendo eleições diretas. Vossas Excelências querem o comodismo; perderam; não reconhecem a derrota e ficam nos palanques para tentar conservar a imagem dúbia, mentirosa, que tem perante à opinião brasileira.

O que eu acho estranho é que Vossa Excelência como homem consciente da minha região, venha com discursos desta natureza à Assembléia Legislativa tentando nos enganar.

Vossa Excelência que faça estes discursos lá em Toledo, nos distritos, nos palanques públicos, não aqui, porque aqui Vossa Excelência não vai enganar. Maurício Fruet é a prova, Vossa Excelência votou que nem um cordeirinho aí na urna.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A mesa concede um minuto para que Vossa Excelência conclua.

O SR. SABINO CAMPOS — Se Vossa Excelência não sabe, procure na nossa região onde nós participamos, nós temos feito comícios sem banda de música e sem cantores.

Vossa Excelência está concordando com o Ministro Jarbas Passarinho. Vossa Excelência quer eleições indiretas para ter a garantia de poder ficar mais tempo junto ao poder. Vossas Excelências não querem eleições diretas porque serão apeados do poder. Esse é seu medo nobre Deputado.

O Senhor é a favor das indiretas porque o Senhor tem medo de ser apeado do poder. O Senhor não tem, talvez, condições não sei, de permanecer se for apeado do poder. Vossa Excelência sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência solicita do, Senhor Deputado Tércio Albuquerque, respeito ao Regime Interno. Vossa Excelência solicite o aparte ao Deputado que se encontra na tribuna.

Está com a palavra o Senhor Deputado que se encontra na tribuna, Senhor Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS — Com o aparte, o nobre Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Sabino Campos, eu achei Vossa Excelência de uma felicidade para o Governador Brizola. Que se for direta o Brizola “papa” e se for indireta o Maluf “fatura” Muito obrigado.

O Sr. Paulo Furiati — Nobre Deputado Sabino Campos, só o Deputado Tércio Albuquerque e a Bancada do PDS a favor das indiretas não vê o clamor da população pelas diretas.

Agora, eu faço aqui um desafio ao Deputado Tércio Albuquerque que faça um comício em Curitiba, que promova com a força partidária do PDS, um comício em Curitiba, pelas indiretas e com os mesmos artistas que lá compareceram coloque cinco mil pessoas ali.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência solicita ao Senhor Deputado Tércio Albuquerque mais uma vez, o cumprimento do Regime Interno. A Mesa não quer lançar mão do constrangimento de cassar a palavra de Vossa Excelência.

O Sr. Paulo Furiati — Então, finalizando nobre Deputado Sabino Campos, duvido e lanço um desafio ao Senhor Deputado Tércio Albuquerque organizar um comício a favor das indiretas e colocar 10% da população que o PMDB colocou nas ruas.

Não coloca porque 95% da população é a favor das eleições diretas, e as eleições diretas são, sem sombra de dúvida, o passo inicial para colocarmos ordem neste País, em que o Governo do Deputado Tércio Albuquerque há vinte anos vivem infelicitando. Muito obrigado.

O Sr. Tércio Albuquerque — Permite-me um aparte, nobre Deputado? Porque ele desafiou-me e eu quero responder.

O SR. SABINO CAMPOS — Concedo aparte ao Senhor Deputado Fuad Nacli.

O Sr. Fuad Nacli — Vossa Excelência assume esta tribuna e faz um comentário sobre eleições diretas. Queremos aguardar o dia 25, nós que somos Delegados da Convenção, somos frutos de eleição direta, não de indireta, nós gostaríamos que esses placares que se encontram esparramados não só no Paraná, mas no Brasil todo, que mudassem, em vez de ser o placar das diretas fosse o placar dos compromissos, das promessas, dos programas dos Governos, tanto do Governo Federal como do Governo Estadual, que não fossem jogados fora estes placares, para que cada município, para que cada região, pelo seu Município de Toledo, por Cascavel, por Corbélia, por Nova Aurora, por Londrina, por todas as cidades, que este placar tivesse os compromissos assumidos em palanque dos candidatos que se encontram aqui hoje, eleitos, tantos Deputados Estaduais, como Federais e os Senadores da República, eu não entro no mérito das eleições diretas ou indiretas, porque eu sou fruto de uma eleição direta, meu amigo, nós aqui não vamos decidir, porque não somos os Congressistas, e o que eu vejo no Paraná é gastando dinheiro, fortunas e o povo passando necessidade, fome e miséria, enquanto o Governo do Estado e as Prefeituras do Estado do Paraná arrebanham o pessoal para trazer para Curitiba, para o Município de Maringá e para todas os demais municípios pagando os artistas para fazer esta programação enquanto centenas e milhares de crianças, sem salas de aula.

Hoje ainda, nós assistimos no “Bom Dia Brasil”, uma sala de aula feita por uma barraca cedida pelas Forças Armadas, isso representa o quê, meus amigos?

Que a Prefeitura não tem condições de construir salas de aula, mas tem condições para dar, para trazer o povo da redondeza de Curitiba, para fazerem o comício que fizeram aqui em Curitiba.

É isso que eu tinha para dizer a Vossa Excelência.

O Sr. Nilso Sguarezi — Permite-me um aparte?

O SR. SABINO CAMPOS: — Nobre Deputado Fuad Nacli, eu queria dizer ao nobre Deputado que eu fui emplacado em duas promessas que fiz na minha campanha, e não tenho medo de cumprí-las, porque de todas, a única promessa que fiz na minha campanha foi trabalhar pelo povo que votou em mim... (Vozes superpostas) (Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE: — (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência, ao orador que está na tribuna que o tempo concedido a Vossa Excelência, pela liderança está esgotado.

Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe é destinado?

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência, não vai conceder ao nobre Deputado um minuto para terminar a sua oração?

O SR. PRESIDENTE: — (Trajano Bastos) — A Mesa concede-lhe um minuto para que Vossa Excelência conclua, dentro do tempo concedido pela Liderança, porque o tempo que a Mesa poderia conceder já o fez.

O SR. SABINO CAMPOS: — Gostaria apenas de esclarecer ao nobre Deputado Fuad Nacli, que

na minha região, que eu saiba, nenhuma Prefeitura — porque eu ajudei a pagar as despesas, das que tiveram os comícios — eu acho que o nobre Deputado não está bem ao par do que está acontecendo, se no tempo do Governo de Vossa Excelência era feito isso, no nosso pelo menos não está sendo feito...

O Sr. Nilso Sguarezi — Está sendo feito agora no Governo Federal. Os “Presidenciáveis” agora é que estão esbanjando dinheiro.

O SR. SABINO CAMPOS — Agradeço ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Rubens Bueno, pelos dez minutos restantes.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O assunto polêmico levantado a pouco pelo ilustre Parlamentar Sabino Campos, deixou um tanto desassossegada e irrequieta a Bancada do PDS nesta Casa. São os compromissos, evidentemente, que o seu próprio Partido tem inserido no programa partidário. O programa do PDS, assim como o programa do PMDB, prevê eleições diretas em todos os níveis, e aqui, evidente, quando o PMDB vem defender o seu programa partidário e, conseqüentemente, o programa partidário do PDS, aqueles que assinaram a sua ficha de filiação dizendo que concordavam com o que se previa nos seus estatutos e no seu programa, agora estão a recusar perante toda a Nação. E o que é mais importante...

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? Um minuto?

O SR. RUBENS BUENO — Em seguida lhe darei mais que um minuto, Sr. Deputado.

Eis que a eleição direta quando vem às praças públicas levada pelo clamor popular, não só aqui em Curitiba, onde se iniciou a grande arrancada nacional que levará até o dia 25 de abril, ao Congresso Nacional, data fatal para aqueles que defendem candidatos indiretos, que se utilizam de aviões do Estado, que se utilizam de dinheiro público, de verbas públicas, para fazer campanha indireta por este País afora; que se utilizam de largas comitivas para aliciar votos por este País todo, ainda têm a coragem de defender eleições indiretas. É por isso que o PMDB nada mais, nada menos do que cumprindo o normal, do que cumprindo o ritual seu que é o de defender eleições diretas; encontra, neste momento, uma bancada irrequieta, desassossegada, porque sabe que só um placar que é colocado na Capital de um Estado vem modificar, totalmente, aquilo que o PDS veio sempre defender, digo, tentando defender.

Eu concedo o aparte, com muito prazer, em primeiro lugar ao Deputado Tércio Albuquerque e depois, ao Deputado Nilson Sguarezi.

O Sr. Tércio Albuquerque — Muito obrigado,

Sr. Deputado, pela consideração. Gostaria de dizer a Vossa Excelência que os fatos não estão sendo bem analisados, nem no discurso do Deputado Sabino Campos, nem na sua justificativa, ao discurso do Deputado Sabino Campos. Vossa Excelência, não sei se tem acompanhado, quantas vezes, diariamente, pelos canais de televisão, pelas emissoras de rádio, aparece o Senador Alvaro Dias fazendo a propaganda dos “showmícios”. Quanto custa um segundo de uma rede de televisão? Vossa Excelência sabe quanto custa? Do bolso do Senador, não é que está sendo pago. Os aviões que o Governador José Richa, os seus Secretários

e o Senador Alvaro Dias, viajam para comparecer aos “showmícios”, quem está pagando? São aviões do Estado, Sr. Deputado. Nós não podemos falar do passado, e fazer o mesmo no presente; não podemos. Ninguém disse aqui que era favorável às eleições indiretas. Ninguém disse. Nós nos irritamos com naturalidade porque alguns Deputados nos ferem chamando o Colégio de espúrio, quando eles participam do mesmo, elegeram o Prefeito espuriamente, como diz o Sr. Deputado Sabino Campos, bionicamente. Agora mesmo, em Foz do Iguaçu, quando o Prefeito demonstrou interesse, e Vossa Excelência acompanhou, Vossa Excelência foi meu amigo nesse processo todo, meu amigo confidente, conselheiro nesse processo da substituição do Prefeito de Foz do Iguaçu. Vossa Excelência sabe que o PMDB deveria ter ficado fora do processo porque o PMDB disse que não aceitava Prefeito nomeado. Correram, apelaram para fazer o Prefeito de Foz do Iguaçu, não conseguiram, não sei porque. Mas está aí, o Prefeito foi do PDS, o PDS também não concorda, em muito, com esse sistema de nomeações, mas participa porque quando fomos todos candidatos, Vossa Excelência eu, todos nós, conhecíamos as regras do jogo; e o jogo quando é jogado, se as regras são bem aplicadas e Vossas Excelências não ganham, termina o jogo e o seu comentário. Quando Vossas Excelências perdem a partida, as regras estão erradas.

Eu não posso entender isto.

O SR. RUBENS BUENO — Deputado Tércio Albuquerque eu não quero importuná-lo. Mas, o tempo já se vai, e se eu tivesse todo o tempo eu daria com o maior prazer e estaria aqui ouvindo Vossa Excelência.

Antes de passar ao Deputado Nilson Sguarezi, queria só lembrar a Vossa Excelência que em absoluto eu não estou aqui justificando o discurso do Deputado Sabino Campos. Jamais faria isso. Ele é um homem capacitado e está aqui também trazido pelo voto popular. Mas, veja bem, Vossa Excelência, para justificar uma eleição indireta de um Colégio Eleitoral espúrio, sim Sr., que foi eleito ilegítimamente em 1982, e nós do PMDB quando fomos para o palanque, dissemos que a eleição tanto estadual como federal, para Senador ou Governador, era o primeiro passo para chegarmos à eleição direta para Presidente de República. Em seguida, concedo o aparte ao nobre Deputado Sguarezi.

O Sr. Nilson Sguarezi — Realmente é impressionante o nobre Deputado vir afirmar que o PMDB quando perde o jogo quer mudar as regras. O PDS não faz isto: muda as regras antes do jogo, para assegurar o jogo ganho. Não tem sido assim no decorrer da história das eleições indiretas? Não foi assim, nobre Deputado, que se cassou no Rio Grande do Sul tantos quantos Deputados suficientes para que se fizesse a Maioria? Por que se alterou um Colégio Eleitoral que tinha uma outra composição e se fez essa composição espúria, de colocar um número igual de Delegados no Piauí com São Paulo?

Ora, isso é realmente preparar as regras para ganhar o jogo. E nesse jogo de cartas marcadas é evidente que o PMDB...

(Discussões paralelas).

Então, nobre Deputado, não é realmente o porquê de, o PDS querer fugir da grande questão que o nobre Deputado Sabino Campos trouxe à tribuna, mas a ilegitimidade do Colégio Eleitoral.

Esta que é a questão colocada aqui: provem-nos que este Colégio Eleitoral é ilegítimo!

Ora, nos Estados Unidos agora estão começando

as prévias para a escolha do candidato ao Partido Democrático; é um tipo de eleição indireta. Cada Estado de acordo com o número de sua população tem um número de Delegados. Isto é eleição indireta democrática.

Aqui no Brasil nós temos um tipo de eleição indireta e democrática, a eleição dos diretórios dos partidos políticos. Londrina com aproximadamente oitenta ou cem mil eleitores, tem um número maior do que terá um pequeno município, como o de Vitorino, onde não chega a ter mais de cinco mil eleitores. É a proporcionalidade, a cada dois mil e quinhentos eleitores um Delegado. Aí nós estamos tirando uma síntese do número de eleitores do local. E esta é uma eleição verdadeiramente democrática.

Agora, querer dizer que este Colégio Eleitoral, este tipo de eleição indireta não é espúria, colocando São Paulo com milhões de eleitores no mesmo peso do que o Piauí. Nobre Deputado, nós estamos criando uma verdadeira desorganização jurídica e moral nesta Nação. Aliás, não precisa apontar São Paulo como exemplo. Aponte-se dois Estados do próprio PDS: Pernambuco e Piauí. A diferença é gritantemente desigual. Isto é espúrio porque foi uma regra preparada antecipadamente, porque se sabia antecipadamente também que lá no Nordeste o PDS ganharia a eleição.

Tanto é espúrio-este colégio eleitoral, que numa eleição indireta, o peso do Nordeste é de 45% / 47%, e numa eleição direta fica menos de 10%.

Como um Deputado que é eleito diretamente pelo povo, que defende eleição direta para se eleger, quer mudar num passe de mágica, não através de um Colégio Eleitoral totalmente espúrio, em que o peso de uma região mais desenvolvida, mais populosa como é o Sul e o Sudeste em detrimento do Nordeste.

Então, nobre Deputado é esta a questão-e a tese que o nobre Deputado Sabino Campos colocou, que o PDS fugiu dela.

O SR. PRESIDENTE—(Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao Orador que está na Tribuna que seu tempo está esgotado. Concedo-lhe um minuto para concluir.

O Sr. Deputado Nilso Sguarezi — Só para concluir.

Em gastos públicos, se o PDS está dizendo que aqui são feitos com o Governo do Estado, prove. Prove, quem que está pagando suas despesas. Vossas Excelências mesmo não estiveram acusando aqui que nós estamos arrecadando dos funcionários que têm cargos de confiança, que estão pagando mensalmente, é o dinheiro do Partido, legitimamente arrecadado, muito bem empregado para politizar o povo paranaense. Daí é que vem a origem dos gastos, e contribuição espontânea nobre Deputado das empresas, inclusive de ônibus de próprios colegas meus, que forneceram gratuitamente para transportar a comunidade de Curitiba, ou Vossa Excelência desconhece isso? Todo mundo está auxiliando para a propagação das eleições diretas. Portanto nobre Deputado, estão fugindo da questão central, mas queremos que nos justifiquem e provem que este colégio eleitoral é legítimo. Convençam-nos disso, convençam a população que 90% é contrária à eleição indireta. Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — Concluindo, Sr. Presidente, lembrando que o Colégio Eleitoral ora montado, exatamente consegue fazer de dois mais dois, cinco; ou seja, as Oposições unidas fizeram vinte e dois milhões e meio de votos e o PDS fez dezessete milhões, e tem Maioria de no Colégio Eleitoral.

Mas, Sr. Presidente, quero requerer à V. Exª, o

pronunciamento que iríamos fazer, que trata dos 'royalties' de Itaipu para o Estado do Paraná, pediria que V. Exª considerasse como lido.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende V. Exª.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Estado do Paraná vem caracterizando-se no cenário nacional como um Estado em que, através de extremos sacrifícios físicos de sua população e de seu território, pois são fornecidas à Nação as divisas que esta necessita para enfrentar o amanhã, e atenuar a crise que se nos depara.

Porém, os ciclos econômicos que fizeram e fazem a História do nosso Estado, demonstraram no seu decurso que, não obstante a doação do potencial paranaense visando melhores dias, nenhum lucro nos sobreveio em troca.

Assim se passou com os ciclos da erva-mate, madeira, café e, atualmente, a soja. Nosso território e nossa gente são testemunhas vivas das ações de interesses escusos, que ao longo dos anos nos têm retirado, rural e economicamente falando, nossas riquezas naturais.

Nesta ordem de idéias, venho aqui hoje colocar em discussão a defesa de uma velha reivindicação de todos os paranaenses, que tem sido preterida da pauta das mais importantes lutas paranistas, mas à qual há a necessidade de ser dada a mais destacada prioridade. No limiar do que poderia daqui a alguns anos denominar de ciclo energético, no momento em que o Paraná já é o quarto produtor nacional de álcool, no momento em que a crise de combustível está no auge e o nosso Estado possui em São Mateus do Sul uma das maiores reservas nacionais de xisto betuminoso, e o urânio do solo de Figueira, no momento em que a primeira turbina da hidrelétrica de Itaipu entrou em funcionamento, sinto que é chegada a hora de acabar com a inversão de valores a que tem submetido o Paraná.

Querem todos os paranaenses, apenas receber de volta o equivalente às sangrias que sistematicamente vêm sendo feitas em suas riquezas, sem qualquer tipo de retorno.

E o início do funcionamento da faraônica Itaipu diz-nos que é chegada a hora de voltar a empunhar a bandeira dos interesses do Estado, reivindicando o pagamento de "royalties" que ali são gerados e que nos pertencem por justiça. Os prejuízos anuais do Paraná chegarão quase a 650 toneladas de produtos agrícolas por ano, em decorrência da inundação de 6.432,50 km² de terras férteis, sem me referir aqui aos graves problemas sociais que essa inundação trouxe para milhares de famílias que ficaram sem suas terras.

A conclusão a que se chega é de que Itaipu inviabilizou o futuro econômico de uma vasta região do Estado, sem que ao menos este possa retirar algum tipo de vantagem desta perversa obra.

Segundo estudos encomendados pela COPEL, e efetivados em 1982 pela empresa Milder Kaiser, os investimentos do Estado no setor hidrelétrico chegam a aproximadamente 25 bilhões de dólares, sem que nenhum resultado benéfico imediato ou futuro se desenhe para a economia paranaense pelo contrário o excedente de energia produzida em nosso solo só em 1988 alcançará 10 milhões de quilowatts, sendo que este excesso, avaliado em 500 milhões de dólares anuais, será exportado para outras regiões do país, sem qualquer retribuição para o Estado. Além destes prejuízos, temos a acrescentar a quebra da receita do ICM, nos municípios prejudicados com o alagamento de suas terras.

Diante disto é louvável (já o afirmamos aqui uma vez, e voltamos a fazê-lo agora), o Projeto do Deputado

Federal Hélio Duque, o qual determina o pagamento de "royalties" para o Estado à razão de 4% e de 1 % para os municípios que tiveram suas áreas atingidas pelo lago de Itaipu.

Louvável, também, é a campanha que o periódico "Gazeta do Povo", através do seu Presidente Francisco da Cunha Pereira Filho, vem desenvolvendo há já três anos, sob o título de impacto "Energia a Custo Zero", campanha essa, que em 1982 no auge da disputa eleitoral recebeu publicamente o apoio do Ministro César Cals.

Tais projetos e campanhas vêm exatamente de encontro às aspirações de toda a comunidade paranaense. Os "royalties", que segundo o tratado firmado entre o Brasil e Paraguai, foram fixados em 650 dólares por cada "gigawatt" gerado e medido na central elétrica de Itaipu, seriam uma pequena parcela da retribuição pelas perdas sofridas pelo Estado na construção da hidrelétrica, a qual representa um esforço do nosso Estado para o equilíbrio da economia nacional.

Por esse motivo, quando se inicia a segunda sessão legislativa da 10.^a legislatura desta Casa, não lhe podemos negar um passado pleno de ações em prol da defesa dos interesses paranistas, continuando passivamente a assistir a imputação de nossas riquezas em favor de outras regiões do País.

Aproveito, assim, estes minutos que me foram concedidos para propôr a convocação de um fórum de debates sobre este assunto, de onde possam sair conclusões representativas de toda a comunidade paranaense, a serem posteriormente apresentadas ao Excelentíssimo Governador José Richa para que sejam tomadas medidas definitivas com relação aos "royalties" de Itaipu, que são nossos de direito e para que o venham a ser de fato".

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Assume a Presidência, o Senhor Deputado Nestor Baptista.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Está encerrado o tempo de Vossa Excelência.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Muito obrigado, senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

Reassume a Presidência, o Senhor Deputado Trajano Bastos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 58 Senhores Deputados.

Antes, porém, esta Presidência quer solicitar das Lideranças Partidárias, a indicação dos membros das Comissões Permanentes da Casa, para dar cumprimento ao Artigo 31, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente, **Ao Departamento Legislativo.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Tenório Balhana, ocorrido no dia 01 de março de 1984. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Jayme Gusmann, ocorrido no dia 03 de março de 1984, no município de Ponta Grossa. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Samuel Curi Filho, ocorrido no dia 06 de março do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Floriano Stoinski, ocorrido no dia 02 de março do corrente ano. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ademir Zilio, Vice-Prefeito do município de Vitorino. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ivo Maria Neves, ocorrido no dia 09 de março do corrente ano. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Doutor Edgard Chabaud Sampaio, ocorrido no dia 11 de março do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Pastor Jahyr Dittrich, ocorrido no dia 27 de fevereiro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso

Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de rigozijo pela inauguração das novas instalações do Colégio

Marista Santa Maria, nesta Capital. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando seja marcada sessão solene de entrada do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Torao Tomita, para o dia 21 de março do corrente ano, às 15:30 horas. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando uma Sessão Solene, para o dia 22 de agosto do corrente ano, às 15:00 horas, alusiva à Semana Nacional da Criança Excepcional. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com o Delegado Roberto Feijó Bastos, que será agraciado com o Diploma de "Honra ao Mérito", como personalidade do ano, pela Sociedade Nacional de Pesquisas de Opinião Pública. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da COPEL visando a extensão da rede de iluminação pública na estrada da Ribeira até a divisa dos municípios de Curitiba e Colombo, onde se localiza o ponto final do ônibus "Penha". **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros da Previdência Social, da Saúde e do Trabalho, Presidente do INPS, a Sociedades Médicas e outros ligados ao setor, visando obter solução para o problema do médico recém-formado. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de moção pela aprovação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira (PMDB-MT), que prevê a próxima sucessão presidencial através de eleições diretas, aos Srs. Deputados Federais e Senadores da República. — Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a contratação de dentista para o Município de Quinta do Sol. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Superintendente do INPS e INAMPS, visando a instalação de representação e posto médico no Município de Fênix. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da reportagem publicada na Gazeta do Povo, sob o título "Regime de Emagrecimento". — **Aprovado.** (A matéria acha-se transcrita no final desta Ata).

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da Fundepar, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a doação de um microônibus para atender o transporte de alunos e professores para o Distrito de Bela Vista, no Município de Fênix. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando seja reformada e estruturada a Delegacia de Polícia, do Município de Quinta do Sol. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a implantação de um Posto de Saúde, no Distrito de Irapuã, no Município de Quinta do Sol. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, visando a reforma da Escola "Vila Rica do Espírito Santo" — Ensino de 1ª a 8ª Séries, no Município de Fênix. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, lido da tribuna, solicitando o envio de apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que a Mensagem Governamental nº 28/83, encaminhada pelo ex-Governador do Estado reajustando os proventos dos funcionários inativos, retorne a este Poder, com as correções atualizadas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a construção de um prédio para abrigar a Unidade Sanitária do Município de Planalto. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo seja transferida para o DER a responsabilidade pela conservação do trecho de estrada de aproximadamente 25 km, que liga os Municípios de Pranchita a Pérola d'Oeste. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações quanto ao andamento do projeto de abertura e asfaltamento da chamada "ESTRADA DO COLONO", que liga os Municípios de Medianeira e Capanema. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de uma residência para o Agente de Rendas, do Município de Mamborê. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção e equipamento da Casa da Cultura, para o Município de Iretama. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de

expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo estudos quanto à ligação de água para o Distrito de Bandeirantes do Oeste, no Município de Goioerê. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos financeiros para o parque de máquinas da Prefeitura Municipal de Iretama. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a ampliação do Colégio Vicente Leporace, no Município de Boa Esperança. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo que o Município de Fênix pertença ao Núcleo de Campo Mourão e não ao de Ivaiporã. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do SENAC do Paraná, encarecendo a instalação da “Escola para o Trabalho”, no Município de Quinta do Sol. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando a instalação de central telefônica com um mínimo de 50 terminais, para atender a comunidade do Distrito de Rancho Alegre, no Município de Goioerê. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo estudos quanto à remuneração de Delegados de Polícia que ocupam os cargos onde estes não são ocupados por Delegados de Carreira. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Sérgio Spada, Djalma de Almeida César, Trajano Bastos e Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Ministra da Educação, encarecendo decisão favorável ao deliberado pelo Conselho Setorial da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de Posto de Serviços Telefônicos na localidade de Gurucáia, bem como o apressamento da implantação de Posto em Vila Oriental, no Município de São Jorge do Patrocínio. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Abraão Federmann, ocorrido no dia 28 de fevereiro do corrente ano. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Ministros do Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, bem como a demais autoridades, dando total apoio desta Casa ao projeto de lei do Sr. Deputado Federal Odilon Salmória, que altera a política nacional do trigo e estabelece novas normas para seu

abastecimento, industrialização e comercialização. —

Aprova o Departamento Legislativo.

...a mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 83 e 234/83.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 204/83.

Levanta-se a Sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NILSO SGUAREZI, EM SESSÃO DO DIA 12 DE MARÇO DE 1984.

“REGIME DE EMAGRECIMENTO”

J. Petrelli Gastaldi

As mais recentes estatísticas, levadas a efeito pelo IBGE, e comentadas por seu presidente, atestam os efeitos dramáticos de uma política econômica perversa, a ocasionar o paulatino enfraquecimento da tessitura social brasileira.

Os resultados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, oferecem-nos um quadro desolador. Indicam o crescente pauperismo da nossa sociedade. Assim é que, elevou-se de 32,16 por cento para 48,85 por cento, de 81 para 82, a porcentagem das pessoas, com dez anos ou mais, que ganham “até” um salário mínimo por mês. A População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil é de cerca de 50 milhões. Aproximadamente 10 milhões ganharam em 1982, “até” meio salário mínimo mensal. Onze milhões receberam de meio a um salário. Enquanto isto, caiu de 4,92 por cento para 3,68 por cento a proporção dos que ganham mais de 10 salários mínimos mensais. Tudo conforme os dados do PNDA — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, relativos a 1982.

Recorde-se ainda, que o custo de vida de junho de 1970 a julho de 1983, elevou-se em 14.846 vezes. E nesse mesmo período, os vencimentos dos militares foram reajustados em 14.236 vezes, sendo de 6.946 o reajuste acumulado dos servidores civis. Os trabalhadores tiveram seus salários reajustados em cerca de 10.000 por cento.

Essa a fotografia de um quadro de pobreza crescente, cujo círculo deverá mais alargar-se, a persistir a crise econômica brasileira, com seus desdobramentos nas áreas fiscal e monetária. E mais perigosamente com a fórmula achatadora dos salários da classe média, consequência imediata do Decreto-Lei n.º 2.065, imposto pelo FMI, como condição para o reescalonamento dos nossos débitos e fechamento do balanço de pagamentos de 83.

Conforme Jairo Simões, “o fundamental era mostrar à banqueirada internacional que havíamos construído a maior usina hidrelétrica do Ocidente, que nossas mais importantes metrópoles dispunham de moderníssimos metrô, e que estávamos sentados à mesa das potências nucleares”. Na verdade, embora ostentando a condição de nona nação capitalista, transformando-nos na humilhante condição de

maior pedinte internacional. Cerca de 30 por cento da população da Grande São Paulo, vivem à margem do consumo e do processo produtivo, em condições de desemprego e subemprego. Mais de 3 milhões de paulistanos moram(!) em favelas e cortiços. E isto ocorre na cidade mais rica do País e cuja população, nas próximas duas décadas, deverá crescer mais do que a população total da Polícia.

E quais serão as condições urbanas no Brasil, dentro dessas duas próximas décadas, quando a sua população atingir 200 milhões de habitantes, estando 160 milhões concentrados nas cidades? E qual será a situação do Nordeste, onde cerca de 90 por cento da sua força de trabalho percebe de dois salários mínimos para menos? Se a atual crise, completando uma recessão trienal e queda de renda per capita em 10 por cento desde 81, está a abalar os extratos de renda maiores da região Centro-Sul, que não dizer do Nordeste, em andrajos e e faminto? Nessa sofrida região, sob o ponto de vista social, o desemprego é mais grave do que no Centro-Sul, pois sendo menores os salários, menores serão as indenizações, mais reduzidas as receitas da Previdência e praticamente nulas as alternativas de emprego.

Indústrias tradicionais do Nordeste estão encerrando suas atividades e com isso contribuindo para a mais rápida marginalização de sua população ativa. Apenas em Pernambuco, já foram desativadas inúmeras indústrias, algumas centenárias, como a Fábrica Paulista, a Fábrica da Torre, a do Grupo Othon, a Polinor em concordata. E até mesmo uma multinacional como a Microlite e ainda a Romi. Tudo sem falar na liberação da mão-de-obra na construção civil e no parque têxtil, ambos em crise aguda.

Essa a grave situação econômica e social nessa região, a braços com a persistente seca, dizimação dos rebanhos e lavouras, e estruturalmente, com reduzida atividade econômica.

Defrontamo-nos com um contraditório regime de forçado emagrecimento, imposto por impiedoso modelo, pelo qual o crônico desemprego estrutural alia-se ao grave desemprego conjuntural. Os índices negativos do PIB por 36 meses consecutivos, estão compelindo os brasileiros a uma dieta recessiva, a prolongar-se até fins de 85. A prosseguirmos nessa política restritiva de salários e de créditos, mesmo no pressuposto ilusório de contermos a inflação, somente em 1990 seria hipoteticamente possível retornar os índices de crescimento de 1980. Basta atentar para a política estabelecida para o corrente ano, pretendendo zerar o déficit público, conter a expansão monetária em 50 por cento e obter um saldo de 9 bilhões na balança comercial. E ainda correndo o risco de nova maxidesvalorização.

As vozes mais sensatas e autorizadas vêm

alertando as autoridades para os desacertos da nossa política econômica, social e financeira. Tudo em vão. Prossegue-se no falseamento das estatísticas e na ortodoxia monetarista. De nada têm valido as exortações de um Teotônio Vilela, do gen. Andrade Serpa, de Joelmir Beting, de Severo Gomes e tantos outros. Ainda recentemente, dois economistas mineiros — Maurício Vasconcelos e Cândido Luiz de Lima Fernandes, alertam: "O País vive a crise, que se desdobra, inexoravelmente, em termos econômicos, sociais e políticos. A produção e o investimento encontram-se em movimento cadente, os preços em desvairada ascensão, as exportações estão integralmente contidas, os salários são reajustados abaixo da inflação oficial, por sua vez menor do que a taxa real, o crédito é escasso e caro, o desemprego cresce e o país empobrece". E outro analista — Jairo Simões — enfatiza: "Nas etapas recessivas de uma economia capitalista como a nossa, o lado fraco é quem mais sofre. São os assalariados, diante das demais categorias econômicas. São os lavradores diante dos trabalhadores das cidades. São as pequenas empresas diante das mais poderosas. São as firmas nacionais diante das multinacionais. São, enfim, as regiões mais pobres diante daquelas economicamente mais sólidas.

Como, por exemplo, pretender-se a recuperação financeira da Previdência, quando o Decreto-Lei 2065 ocasionará, neste exercício, uma queda da sua receita da ordem de 770 bilhões de cruzeiros, podendo ultrapassar um trilhão em 85? Será justo pretender-se sacrificar os direitos adquiridos dos aposentados, retirando de seus magros proventos os recursos para cobrir o déficit previdenciário, quando no discutido decreto a pretender extinguir as mordomias mordomias das estatais o primeiro cuidado foi o de preservar os direitos adquiridos dos marajás do serviço público? ...

E todas essas heresias estão acontecendo num país sem reservas cambiais e cujo parque fabril vem sendo sucateado. Num país que arroga-se à condição de nona potência capitalista do mundo, mas fatura apenas 22 bilhões de dólares nas exportações, inferior ao faturamento de uma firma média norte-americana como a Sears Roebuck, que em 83 vendeu 30 bilhões de dólares em sua rede de 816 lojas espalhadas pelo mundo. País no qual 15 por cento da população que vive de capital, absorve 48 por cento da renda nacional. E no qual 75 por cento da sua população ativa serão obrigados a continuar em severa dieta recessiva, transformada em zero à esquerda, no perverso modelo monetarista. País no qual meia dúzia de prepotentes e incompetentes tecnocratas continuam a dirigir os destinos de 125 milhões de marionetes esfomeadas. ' '

(J. Petrelli - Gastaldi - professor de Econ. da UFPR).